



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
PORTUGAL

População  
e Condições Sociais



tema

# ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

2004

Número - VI



Ano de edição 2004

## FICHA TÉCNICA

---

### Catálogo Recomendada

---

ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO. Coimbra, 1993 -  
Estudo sobre o poder de compra concelhio / Instituto Nacional de Estatística,  
Direcção Regional do Centro, Gabinete de Estudos Regionais. -Nº1(1993)-  
Coimbra: INE - DRC, 1993 - . - 30 cm  
Bienal  
ISSN 0872-5977  
ISBN 972-673-781-8

### Director

---

Presidente do Conselho de Administração  
José Mata

### Editor

---

Instituto Nacional de Estatística  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa  
Telefone: 21 842 61 00  
Telefone: 21 842 63 73

### Capa e Composição Gráfica

---

INE - Departamento de Difusão e Clientes

### Impressão

---

INE - Departamento Financeiro e Administrativo

### Tiragem

---

800 exemplares

### Depósito legal Nº

---

68180/93

### Preço

---

€ 7,50 (IVA incluído)

O INE na Internet

**www.ine.pt**

INCLUI A INFORMAÇÃO EM SUPORTE MAGNÉTICO

©INE, Lisboa. Portugal, 2005 \* Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

Introdução .....	4
Nota Metodológica .....	6
Indicador <i>per Capita</i> .....	12
Introdução .....	13
IpC por NUTS II .....	15
IpC por NUTS III .....	15
IpC por Concelhos .....	16
Listagem do Indicador <i>per Capita</i> .....	17
IpC do Norte por Concelhos .....	19
IpC do Centro por Concelhos .....	20
IpC de Lisboa por Concelhos .....	21
IpC do Alentejo por Concelhos .....	22
IpC do Algarve por Concelhos .....	23
IpC da Região Autónoma dos Açores por Concelhos .....	24
IpC da Região Autónoma da Madeira por Concelhos .....	25
Percentagem de Poder de Compra .....	26
Introdução .....	27
PPC por Concelhos .....	29
Listagem da Percentagem do Poder de Compra .....	30
Factor Dinamismo Relativo .....	32
Introdução .....	33
Listagem do Factor Dinamismo Relativo .....	35
Uma Breve Análise da Evolução Temporal do EPCC .....	37
Anexo 1 - Lista dos Concelhos .....	40

# Introdução

O Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) pretende caracterizar os concelhos portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores inferidos de um vasto leque de 20 variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial. A grande vantagem dos indicadores construídos no âmbito deste estudo decorre deles constituírem informação à escala concelhia, unidade territorial para a qual não existem no sistema estatístico português medidas quantificadas de variáveis tão importantes, como por exemplo o rendimento ou o consumo das famílias. Contudo, porque o EPCC se baseia num modelo específico, não se tratando de uma operação clássica de produção estatística, as estimativas produzidas não devem ser confundidas com qualquer uma daquelas duas variáveis, ou qualquer outra a que corresponda, na tradição da teoria económica ou da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado. Os índices propostos no âmbito do EPCC são de facto o que na gíria se costuma chamar de *variáveis-proxy*, sugerindo sob a designação genérica de “poder de compra” a distribuição espacial do rendimento, do consumo ou de outras variáveis, mas não as representando de forma exacta.

Os indicadores que compõem o EPCC não são, por outro lado, simples médias avulsas, arbitrariamente ponderadas, das 20 variáveis que estão na sua génese. Ao contrário, o modelo de análise factorial sobre que se baseia o EPCC, ao inferir os indicadores propostos das variáveis de base, estima endogenamente os coeficientes com que cada variável contribui para cada indicador, ao mesmo tempo que fornece informação que permite ao analista discernir as variáveis que devem ser incluídas das que são excluídas da análise. De facto, as 20 variáveis que acabaram por ser retidas na construção dos índices são um sub-conjunto de mais de 70 consideradas à partida.

A presente publicação, com data de capa de 2004, constitui a sexta edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC). Esta edição resulta de uma parceria do Instituto Nacional de Estatística com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tendo contado com a colaboração técnica do Doutor Pedro Miguel Nogueira Ramos, que esteve igualmente envolvido na elaboração das anteriores versões do EPCC.

A informação estatística utilizada reporta-se na sua maioria, ao ano de 2002, sendo que algumas variáveis, entre as quais as que resultam dos Censos 2001, se referem ainda a este ano anterior. As variáveis foram calculadas em termos *per capita* por divisão pela população residente, estimada pelo INE, para 31/12/2002.

Com base nestas variáveis, e por recurso à metodologia estatística já referida, descritas de modo mais pormenorizado na Nota Metodológica à frente, foram construídos três indicadores:

- O Indicador *per Capita* do poder de compra (primeiro factor da análise);
- A Percentagem do Poder de Compra (indicador derivado do primeiro factor);
- O Factor Dinamismo Relativo (segundo factor da análise).

O Indicador *per Capita* é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional. A Percentagem do Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada concelho e região (que transparece do Indicador *per Capita*) no total do país, que assume o valor

100%. O Factor Dinamismo Relativo reflecte o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais de raiz turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial, ainda detectada na informação de base, para além da reflectida nos dois indicadores anteriores. Note-se que este último indicador vem expresso em proporção dos residentes nos concelhos, pelo que tende a tomar valores mais baixos nos grandes aglomerados populacionais.

Esta versão do EPCC usa a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos, nomeadamente a delimitação de NUTS II e III, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro. Os concelhos de Vizela, Trofa e Odivelas, constituídos no ano de 1998, estão já considerados neste Estudo.

A presente publicação inclui um CD, que para além de conter as principais tabelas que também constam do texto impresso, inclui ainda os valores dos índices para outras divisões geográficas, como os distritos e as regiões agrárias. A aplicação possui também um dispositivo que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores, e da população, para qualquer agrupamento de concelhos ou outras desagregações geográficas seleccionadas pelo utilizador. Por fim, o CD contém facilidades de exportação dos valores dos três índices, e da população, para folhas de cálculo diversas, que viabilizam a livre manipulação dos dados pelo utilizador, assim como o seu cruzamento com informação de outra origem ou natureza.

## Nota Metodológica

A metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio assenta na análise factorial.

O modelo utilizado é do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

em que X é uma matriz n\*m, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações. A ideia fundamental é que as m variáveis são todas elas explicadas por um conjunto pequeno de p factores comuns. A matriz F, de dimensões n\*p, é constituída, pois, pelos valores (desconhecidos) que os p factores assumem em cada um dos n pontos amostrais, sendo a matriz A (p\*m) constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo marginal de cada factor para a explicação de cada variável. Finalmente, a matriz U (n\*m) é constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por factores comuns, mas antes associada à idiossincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os factores, isto é, com as colunas da matriz F.

Sublinhe-se que o modelo de análise factorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz X é observada), e não sobre os factores. A matriz F, desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A. No modelo desenvolvido neste estudo impôs-se *a priori* a ortogonalidade dos factores, isto é, supôs-se que também as colunas de F possuem entre si coeficientes de correlação nulos.

No Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio nº 6, a matriz X é constituída por 20 variáveis, observadas nos 308 concelhos considerados. As 20 variáveis e respectivas abreviaturas são as que se seguem:

- ISVEIC - Imposto sobre veículos, contabilizado pelas Câmaras Municipais, *per capita*, 2002 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE);
- ELECTRIC - Consumo doméstico de electricidade, *per capita*, 2002 (Fonte: Direcção Geral de Energia);
- TELEFON - Número de telefones fixos (postos principais) da Portugal Telecom, *per capita*, 2002 (Fonte: Portugal Telecom);
- RDIS - Número de acessos RDIS básicos instalados pela PT (usados geralmente para estabelecer uma ligação à Internet sem prejuízo do uso normal do telefone), *per capita*, 2002 (Fonte: Portugal Telecom);
- NPSCOM - Número de pessoas ao serviço nas empresas da CAE 52 (comércio a retalho), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo uma fotografia extraída do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE, que inclui dados físicos de 2003 e económicos de 2002 (Fonte: INE);
- AUTOMOV - Número de automóveis, ligeiros de passageiros, vendidos e registados nos concelhos, *per capita*, 2001 (Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel);
- CREDHAB - Crédito à habitação (stock) concedido em estabelecimentos de crédito localizados nos concelhos, *per capita*, 2002 (Fonte: INE);
- RENDHAB - Rendas de habitação, *per capita*, segundo estimativa realizada a partir dos Censos, reflectindo o valor unitário e a dimensão do mercado de arrendamento, 2001 (Fonte: INE);
- LEVMULT - Valor dos levantamentos em caixas multibanco, *per capita*, 2002 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços);

OOMULTEC	-Número de outras operações em caixas multibanco, excepto consultas, <i>per capita</i> , 2002 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços);
IRS	- IRS liquidado segundo o concelho de residência do contribuinte, <i>per capita</i> , 2001 (Fonte: DGCI - Direcção-Geral dos Impostos);
RCOLIRS	- Rendimento colectável para efeitos de IRS segundo o concelho de residência do contribuinte, <i>per capita</i> , 2001 (Fonte: DGCI - Direcção-Geral dos Impostos);
CONTAUT	- Contribuição Predial Autárquica, inscrita como receita das Câmaras Municipais, <i>per capita</i> , 2002 (Fonte: INE);
SISA	- Sisa contabilizada pelas Câmaras Municipais, <i>per capita</i> , 2002 (Fonte: INE);
POPDIVOR	- População divorciada, segundo os Censos, <i>per capita</i> , 2001 (Fonte: INE);
POPESUP	- População com 21 ou mais anos com ensino superior concluído, segundo os Censos, <i>per capita</i> , 2001 (Fonte: INE);
DENSIDAD	- Densidade populacional (como indicador do grau de urbanização dos concelhos), 2002 (Fonte: INE);
NEMPREST	- Número de empresas das CAE 551, 552 e 553 (alojamento e restauração, com exclusão de estabelecimentos de bebidas, cafés e similares), com actividade, sediadas nos concelhos, <i>per capita</i> , segundo fotografia do FUE, que inclui dados físicos de 2003 e económicos de 2002 (Fonte: INE);
NPSRESTS	- Número de pessoas ao serviço em empresas da CAE 55 (alojamento e restauração, incluindo estabelecimentos de bebidas, cafés e similares), com actividade, sediadas nos concelhos, <i>per capita</i> , conforme a fotografia mencionada em cima (Fonte: INE);
HOSHOTEL	- Hóspedes totais nos estabelecimentos hoteleiros, registados na Direcção Geral do Turismo, <i>per capita</i> , 2002 (Fonte: INE).

Estas variáveis foram seleccionadas, endogenamente, dentro de um conjunto de mais de 70 variáveis, tendo sido as que revelaram um melhor desempenho no quadro do modelo. Ainda assim, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspectos:

- Embora todas as variáveis se encontrem intimamente associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel; se assim não fosse dispensar-nos-íamos do recurso às metodologias, sempre mais complexas, de análise multivariada.
- A selecção das variáveis obedeceu a uma óptica não de geração do rendimento, mas de utilização do rendimento, o que justifica a não consideração de variáveis ligadas à produção.
- Em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, crê-se que o fenómeno do autoconsumo está insuficientemente reflectido nos indicadores construídos.
- Ainda que se assuma que as variáveis seleccionadas reflectem com razoável fidelidade a distribuição do poder de compra pelos concelhos, deve ser assinalado um enviesamento nalgumas variáveis, que poderá conduzir à subestimação de alguns dos indicadores produzidos no caso das Regiões Autónomas; referimo-nos nomeadamente às variáveis ISVEIC, já que o parque automóvel tende a ser mais reduzido em razão da própria insularidade, e ELECTRIC já que razões climáticas podem também induzir um menor consumo de electricidade.
- O que importa, em termos de cada variável, é a sua estrutura espacial, e não propriamente os valores tomados por cada observação; daí que, não tendo sido possível proceder à recolha de variáveis todas reportadas ao mesmo ano, se tenha aceitado como mal menor a introdução na análise de algumas variáveis temporalmente desfasadas.

- Porque o que releva é a estrutura espacial, e não o valor, e dado que as diferentes variáveis se exprimem em unidades de medidas distintas, procedeu-se, previamente à análise factorial propriamente dita, à estandarização de todas as variáveis (subtração da média aritmética simples e divisão pelo desvio-padrão).

A análise factorial empreendida compôs-se de diferentes fases. Numa primeira etapa procedeu-se à extracção factorial em que o método utilizado foi o das componentes principais. Sublinhe-se que, estabelecidas as variáveis a incluir na análise, o número de factores a reter foi endógeno. Escolheram-se obviamente os factores cuja variância foi susceptível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de factores cuja variância se revelasse inferior à das variáveis. A segunda etapa da análise factorial é designada de rotação, tendo sido utilizada nesta fase a técnica do quartimax. Finalmente, computou-se a matriz dos coeficientes dos *scores*, que permite operar a transformação da matriz X na matriz F, tendo o método utilizado sido o da regressão. No presente Estudo foram retidos dois factores, que se revelaram capazes de explicar 74,1% da variância total das vinte variáveis. O primeiro desses factores foi interpretado como um “Indicador *per Capita*” (IpC) do poder de compra regularmente manifestado nos concelhos, que explica sozinho (após rotação) 57,4% da variância total das variáveis. O segundo factor, designado “Factor Dinamismo Relativo” (FDR), entendido como a dinâmica comercial que subsiste para além da influência do primeiro factor, associa-se fortemente ao fenómeno turístico e explica (após rotação) 16,7% da variância total das variáveis.

O Quadro nº 1 apresenta, em termos de cada uma das variáveis, a percentagem das suas variâncias explicada pelo modelo, isto é, pelos dois factores conjuntamente (comunalidades):

QUADRO 1 - Comunalidades

Variáveis	Comunalidades
ISVEIC	0,841
ELECTRIC	0,736
TELEFON	0,413
RDIS	0,708
NPSCOM	0,527
AUTOMOV	0,628
CREDHAB	0,706
RENDHAB	0,709
LEVMULT	0,839
OOMULTEC	0,826
IRS	0,911
RCOLIRS	0,871
CONTAUT	0,780
SISA	0,670
POPDIVOR	0,742
POPESUP	0,854
DENSIDAD	0,578
NEMPREST	0,839
NPSRESTS	0,876
HOSHOTEL	0,776

Outro conjunto de informação que importa analisar como forma de aferir da qualidade da análise empreendida, são os coeficientes de correlação entre cada uma das 20 variáveis e cada um dos dois factores (*loadings*). Dado que, por construção, os dois factores são ortogonais, então a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do nosso modelo. O Quadro nº 2 é a matriz dos *loadings* (após rotação):

QUADRO 2 - Loadings

Variáveis	IPC	FDR
ISVEIC	0,906	0,138
ELECTRIC	0,655	0,554
TELEFON	0,638	0,080
RDIS	0,832	0,125
NPSCOM	0,704	0,179
AUTOMOV	0,789	0,067
CREDHAB	0,819	-0,186
RENDHAB	0,838	0,085
LEVMULT	0,810	0,427
OOMULTEC	0,885	0,208
IRS	0,937	-0,181
RCOLIRS	0,923	-0,135
CONTAUT	0,670	0,576
SISA	0,648	0,499
POPDIVOR	0,859	0,063
POPESUP	0,904	-0,195
DENSIDAD	0,683	-0,333
NEMPREST	0,389	0,829
NPSRESTS	0,549	0,758
HOSHOTEL	0,361	0,804

Finalmente o Quadro nº 3 dá-nos conta do conjunto de coeficientes que permite transformar a matriz X das variáveis, na matriz F dos factores, viabilizando assim o cômputo dos dois indicadores IpC e FDR.

QUADRO 3 - Coeficientes dos Scores

Variáveis	IPC	FDR
ISVEIC	0,082	-0,017
ELECTRIC	0,027	0,147
TELEFON	0,059	-0,018
RDIS	0,076	-0,016
NPSCOM	0,059	0,012
AUTOMOV	0,076	-0,033
CREDHAB	0,097	-0,124
RENDHAB	0,079	-0,031
LEVMULT	0,052	0,091
OOMULTEC	0,075	0,009
IRS	0,109	-0,131
RCOLIRS	0,104	-0,114
CONTAUT	0,027	0,153
SISA	0,030	0,128
POPDIVOR	0,083	-0,040
POPESUP	0,106	-0,133
DENSIDAD	0,094	-0,166
NEMPREST	-0,020	0,262
NPSRESTS	0,001	0,225
HOSHOTEL	-0,021	0,255

Para além dos dois índices já mencionados (IpC e FDR), julgou-se interessante, no âmbito deste Estudo, proceder ao cálculo de um terceiro indicador, designado de “Porcentagem do Poder de Compra” (PPC). A ideia subjacente a este terceiro índice foi analisar a concentração do poder de compra nos diferentes concelhos, tendo em conta que as manchas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional, dependem não só do poder de compra *per capita* dos cidadãos, mas também da distribuição espacial da população. O indicador PPC não resulta directamente da análise factorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada concelho no todo nacional em 2002.

Assinale-se, ainda, que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o País, resulta também da ponderação dos valores assumidos pelos índices à escala concelhia pelos pesos demográficos dos concelhos nos diferentes espaços regionais considerados.

Um aspecto que importa sublinhar é que no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, à semelhança do que ocorre na grande maioria das estatísticas, a fiabilidade dos diferentes indicadores é tanto menor quanto maior a desagregação. Quer isto dizer, que nos indicadores fornecidos por este Estudo, os valores propostos para as Regiões NUTS I, II ou mesmo III, estão sujeitos a uma margem de erro inferior à dos valores concelhios. Ainda assim, e porque se julga que o interesse do utilizador se orienta fundamentalmente para as unidades espaciais mais pequenas, onde as alternativas em termos de informação são escassas, optou-se por publicar também os valores dos diferentes indicadores para os concelhos, sob reserva que na sua leitura e utilização se deve proceder com a necessária cautela.

Uma importante nota deve merecer a atenção dos utilizadores deste Estudo. As vinte variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes e, em consequência, como já foi assinalado, foram previamente estandardizadas. Os factores obtidos a partir destas variáveis: IpC e FDR, são também originalmente variáveis estandardizadas. Significa isto que as unidades de medida dos dois factores são indeterminadas. Os dois índices são, pois, susceptíveis de transformações lineares, sem prejuízo do seu significado enquanto números cardinais. Estas transformações lineares são somente mudanças de escala. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes, de forma arbitrária, uma média e um desvio-padrão. Nas diferentes versões do EPCC tem-se procedido do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois factores:

- No IpC atribui-se o valor 100 ao todo “País”, e opta-se por um coeficiente de variação (calculado pelo rácio do desvio-padrão relativamente à média aritmética simples) suposto igual ao de uma das variáveis de base do modelo, sob a presunção que esta possui uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária.

- O FDR tem sido apresentado como variável estandardizada (procedimento não menos arbitrário que outro qualquer).

A escolha da variável da qual se toma como empréstimo o coeficiente de variação para o IpC é obviamente arbitrária, mas ainda assim foi assegurado que o valor assumido por esse coeficiente decrescesse ao longo do tempo, em paralelo com o que tem acontecido com a generalidade das variáveis de base usadas nas sucessivas edições deste Estudo. Esta tendência, perceptível nas variáveis, e imprimida ao índice, deverá reflectir uma maior homogeneidade na distribuição territorial do poder de compra. A evolução dos coeficientes de variação entre as duas últimas edições do EPCC não foi excepção a esta regra, como pode ser observado no Quadro 4.

QUADRO 4 - Coeficientes de variação de algumas variáveis utilizadas nas edições de 2002 e 2004 do EPCC

Variáveis	2002	2004
ISVEIC	0,407	0,375
ELECTRIC	0,262	0,256
TELEFON	0,232	0,218
NPSCOM	0,372	0,388
LEVMULT	0,558	0,505
IRS	0,655	0,639
RCOLIRS	0,442	0,404
RDECLIRS	0,387	0,352
CONAUT	0,983	0,928
SISA	2,985	1,110
DENSIDAD	2,851	2,801

A variável RDECLIRS – o rendimento declarado em IRS, *per capita* – foi no EPCC 2002 a variável da qual se extraiu o coeficiente de variação, para ser usado na construção final do IpC, mas que não foi agora retida no EPCC 2004. O dilema que se suscitou, então, foi a que variável de base ir buscar o coeficiente de variação, fazendo-o declinar em consonância com a generalidade das variáveis, o que não era óbvio face à disparidade de valores no Quadro 4, ou continuar a usar o coeficiente de variação de RDECLIRS, apesar desta não ser mais uma variável do modelo. Foi esta última solução a adoptada, tendo-se recorrido ao valor 0,352 para estabelecer a escala de medida do IpC.

Se a escolha arbitrária de um coeficiente de variação para o IpC, e consequentemente de sistemas de medida para os indicadores (IpC e também FDR) fornecidos directamente pela análise factorial, não suscita problemas severos na interpretação desses índices, dado que, como já se referiu, as mudanças de escala preservam o seu significado enquanto cardinais, o mesmo já não pode ser dito relativamente ao indicador PPC. O peso de cada concelho no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida seleccionado para o índice IpC (e com o coeficiente de variação retido em cima) donde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração de poder de compra, devem ser efectuadas e interpretadas com a maior cautela, dado que reflectem criticamente a escala escolhida na mensuração do IpC. Adverte-se ainda para a possibilidade da concentração de poder de compra, que transparece da PPC, exagerar a própria concentração de rendimento monetário de uma região, sobretudo de regiões que funcionam como pólos de consumo. Tal deve-se ao facto destas regiões tenderem a apresentar em média, níveis de despesa (*per capita*) sobreavaliados, fruto da despesa efectuada por populações residentes noutras regiões.

Assinale-se por fim, que a metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelho é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- Do conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas diferentes versões do Estudo;
- De alterações nas contribuições das variáveis de base do modelo factorial para os indicadores (factores) retidos, ou seja, os valores dos quadros 1, 2 e 3 não são estáveis ao longo das diversas edições;

- Das alterações do sistema de medida do IpC já discutidas anteriormente;
- De potenciais erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas.

Alerta-se pois para a enorme sensibilidade de que se reveste qualquer comparação temporal dos índices produzidos no âmbito do EPCC. Ainda assim a presente publicação, ciente do enorme interesse que este confronto temporal reveste, não se escusa a olhar para estes indicadores, nesta perspectiva, numa breve secção final.

## Indicador *per Capita*

---

## Introdução

O Indicador *per Capita* (IpC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100. Nesta parte analisa-se a distribuição do IpC por regiões NUTS I, II e III e também por concelhos, seguindo-se um ordenamento exaustivo dos valores assumidos por esse indicador nessas diferentes unidades territoriais. Procede-se ainda a uma representação cartográfica do IpC concelhio em cada uma das sete regiões NUTS II que compõem o País e ao destaque dos principais registos.

A análise da distribuição do poder de compra, em termos *per capita*, tal como é medido pelo IpC, revela que o Continente português é mais beneficiado por este indicador do que as Regiões Autónomas. Enquanto no espaço continental este indicador supera o valor médio do País (101), nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores este índice situa-se abaixo da média nacional (83,7 e 73,3, respectivamente).

Nas regiões NUTS II continentais observa-se que é a região de Lisboa que apresenta um poder de compra *per capita* mais elevado, superando a média nacional no registo de IpC em 49,3 pontos. Apenas mais uma região ultrapassa o valor médio do país, o Algarve, registando 107,8 pontos. As outras regiões situam-se aquém da média nacional. A região Norte atinge 83,9 e a região Centro 79. O Alentejo, última região continental nesta ordenação, regista um IpC de 76,8 pontos, possuindo ainda assim um poder de compra *per capita* superior à região dos Açores que é, com base neste indicador e desde a edição nº 3 deste Estudo, a região portuguesa mais desfavorecida. A realidade que transparece deste conjunto de valores, respeitantes às regiões NUTS II em que se divide o território nacional, apresenta-se semelhante à que já tinha sido evidenciada na anterior versão deste Estudo, mantendo-se a mesma hierarquia regional.

A região de Lisboa permanece particularmente beneficiada, já que atinge um valor de IpC que ultrapassa em quase metade o valor médio do país, situando-se a grande distância dos outros

espaços regionais. Esta vantagem decorre, em parte, da relativa homogeneidade da região em termos de poder de compra, sendo que só três dos seus concelhos não conseguem atingir 90% da média nacional segundo este indicador *per capita* (Alcochete, Sesimbra e Moita).

Contrastando com esta região, no Norte sobressai uma maior heterogeneidade entre os concelhos que constituem o espaço regional. Se por um lado, tem municípios com elevado poder de compra *per capita*, como os do Grande Porto que no seu conjunto atingem um valor médio de IpC que ultrapassa em 17 pontos a média do país, por outro integra também concelhos que se encontram entre os mais baixos registos deste indicador. Se observarmos os 100 concelhos com menor poder de compra do País verificamos que quase metade destes (46) pertencem a esta região. Ainda assim, a região Norte ocupa uma posição relativamente elevada, embora o seu IpC se situe abaixo do da região de Lisboa e da do Algarve (regiões bem mais homogêneas) e mesmo abaixo da média nacional.

Quanto à posição do Algarve, mantém-se nesta 6ª versão do EPCC a segunda região mais beneficiada em termos de poder de compra *per capita*, também com um registo superior à média do país. Tal resulta em parte de alguns dos seus concelhos mais populosos serem também os que registam maior poder de compra *per capita*. Atente-se, contudo que o posicionamento do Algarve no IpC tem conhecido alguma instabilidade ao longo das diferentes versões do EPCC, o que poderá reflectir alguma dificuldade experimentada pelo modelo em distinguir o que constitui poder de compra quotidianamente manifestado pelos residentes na região, medido pelo IpC, e poder de compra dos turistas, de natureza sazonal, expresso no Factor Dinamismo Relativo.

Digno de nota é a posição privilegiada da Região Autónoma da Madeira, a quarta região no *ranking* do país segundo este indicador, que nesta versão do EPCC, se situa muito próxima da região Norte, a uma distância de apenas 2 décimas. Esta posição deriva em parte do peso preponderante do município do Funchal no total da população madeirense.

Por outro lado, confirma-se a relativa proximidade entre o Alentejo e a região Centro, separadas por pouco mais de 2 pontos. À semelhança do referido a respeito da região Norte, o Centro é também um espaço regional cheio de contrastes onde se observa a coexistência de concelhos de elevado valor no IpC, correspondente a centros urbanos do litoral, a par de outros que registam os valores mais baixos deste indicador. Note-se, por exemplo, que pertencem à região Centro interior 3 das 4 regiões NUTS III com menores registos de IpC.

No que respeita à distribuição do poder de compra *per capita* por regiões NUTS III assinala-se no topo da lista dos maiores poderes de compra *per capita* a Grande Lisboa e o Grande Porto, com registos de IpC que superam a média do país em 67,1 e 17,3 pontos, respectivamente. Também acima da média nacional encontramos o Algarve e a Península de Setúbal, esta última atingindo um IpC de 101,5. Segue-se o Baixo Mondego com uma posição digna de nota apesar de se situar abaixo do valor médio do país, por apenas 9 décimas. Para além desta esperada concentração do poder de compra nas regiões NUTS III situadas no litoral, merecem também destaque algumas regiões do interior do país que, por efeito do peso dos seus centros urbanos no total da população da região, conseguem aproximar-se em termos de IpC dos valores registados na faixa litoral: casos do Alentejo Central com Évora e da Beira Interior Sul com Castelo Branco. No extremo oposto, ou seja, com menor poder de compra *per capita* encontram-se as NUTS III da Serra da Estrela (62,7), Pinhal Interior Norte (60,5), e mais no fundo da tabela as regiões do Tâmega e Pinhal Interior Sul onde aquele indicador assume os valores 55,8 e 54, respectivamente.

Quanto à distribuição concelhia do Poder de compra *per capita*, verifica-se que somente 27 dos 308 concelhos que compõem o país registam valores que ultrapassam o índice 100, valor de referência que representa a média nacional. Este número particularmente escasso de municípios com poder de compra acima da média não deve contudo constituir surpresa, já que a média do País é ponderada pelo peso demográfico dos concelhos, e os concelhos com maior poder de compra são também, quase sempre, os mais populosos. Destes 27, a quase totalidade possui centros urbanos com mais de 10 mil habitantes confirmando que níveis mais elevados de poder de compra se registam em concelhos de características urbanas. Assim, este grupo de concelhos com poder de compra superior à média é composto do seguinte modo: 7 dos 9 municípios pertencentes à Grande Lisboa (Lisboa, Oeiras,

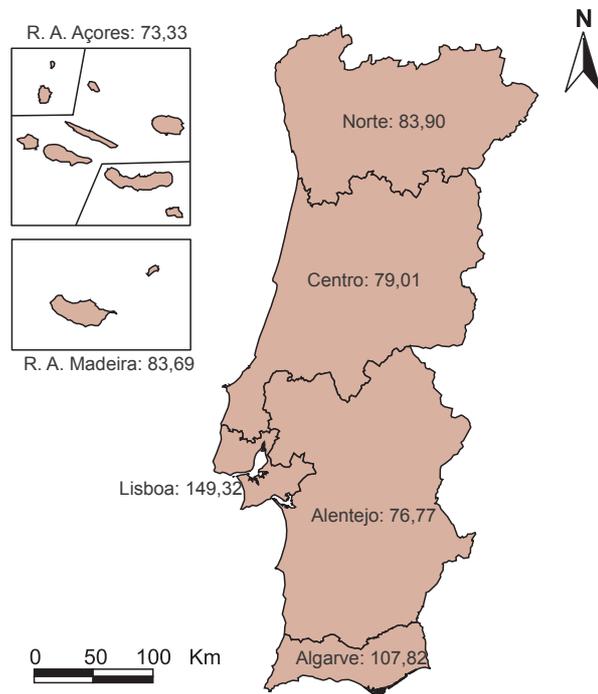
Cascais, Amadora, Loures, Odivelas e Sintra), 4 do Grande Porto (Porto, Matosinhos, Maia e Espinho), 3 da Península de Setúbal (Almada, Setúbal e Barreiro) e também 5 capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Funchal e Évora), todos concelhos de natureza eminentemente urbana. Fazem ainda parte desta lista 5 concelhos do litoral algarvio (Albufeira, Loulé, Portimão, Lagos e Lagoa), Porto Santo na Madeira, e os casos particulares de S. João da Madeira no Norte, e Entroncamento no Centro. Nestes dois últimos casos é também o fenómeno urbano que explica a posição de destaque em que se encontram no *ranking* do poder de compra *per capita*. De facto, tratam-se de concelhos com uma pequena área que se esgota no respectivo centro urbano, onde algumas variáveis consideradas neste Estudo podem adquirir uma abrangência supra-concelhia com efeitos num raio que excede a dimensão do próprio concelho.

A influência do fenómeno urbano está bem visível na figura que representa o IpC por concelhos, onde se observa um predomínio dos maiores registos no litoral face ao interior. Para além dos 27 concelhos acima referidos é possível destacar ainda alguns centros urbanos importantes, de que são exemplo as capitais de distrito Portalegre, Braga, Beja, Leiria, Bragança, Santarém, Vila Real, Viseu, Castelo Branco e Guarda.

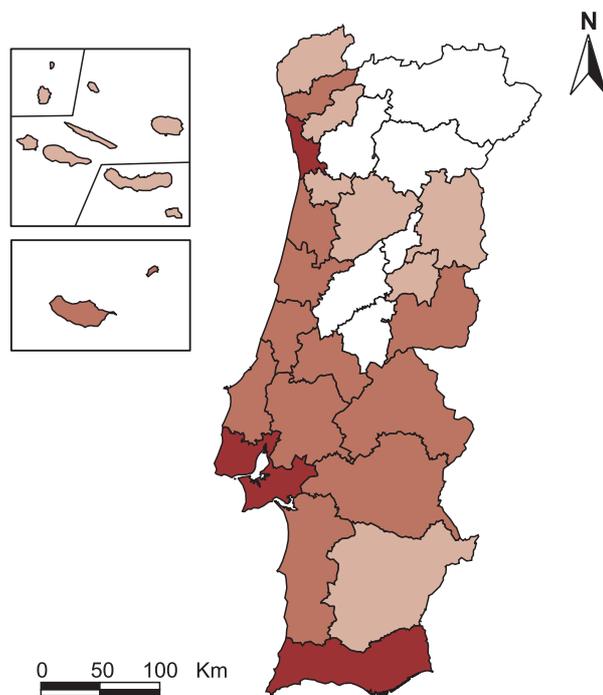
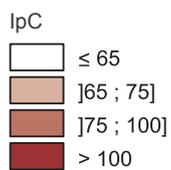
Uma referência, por fim, aos concelhos que denotam, segundo o IpC, um menor poder de compra *per capita*. Se tomarmos (de forma arbitrária) os últimos 50 concelhos na tabela daquele indicador, observamos de imediato o predomínio neste grupo da região Norte, com 27 casos. Trata-se, contudo, sempre de pequenos concelhos do interior, pouco populosos, que conseqüentemente pouca influência têm no índice médio da região. A região Centro marca presença neste grupo de 50 com 12 concelhos. As Regiões Autónomas incluem 4 concelhos no caso da Madeira e 3 no que se refere aos Açores. Dos restantes, neste grupo de 50, observa-se a existência de 3 do Alentejo (Alandroal, Portel e Mértola) e 1 do Algarve (Alcoutim). Da totalidade dos 50 concelhos, nenhum tem características vincadamente urbanas nem sub-urbanas, não podem ser considerados concelhos industrializados e, se exceptuarmos as Ilhas, nenhum tem contacto com o mar.

### IpC por NUTS II

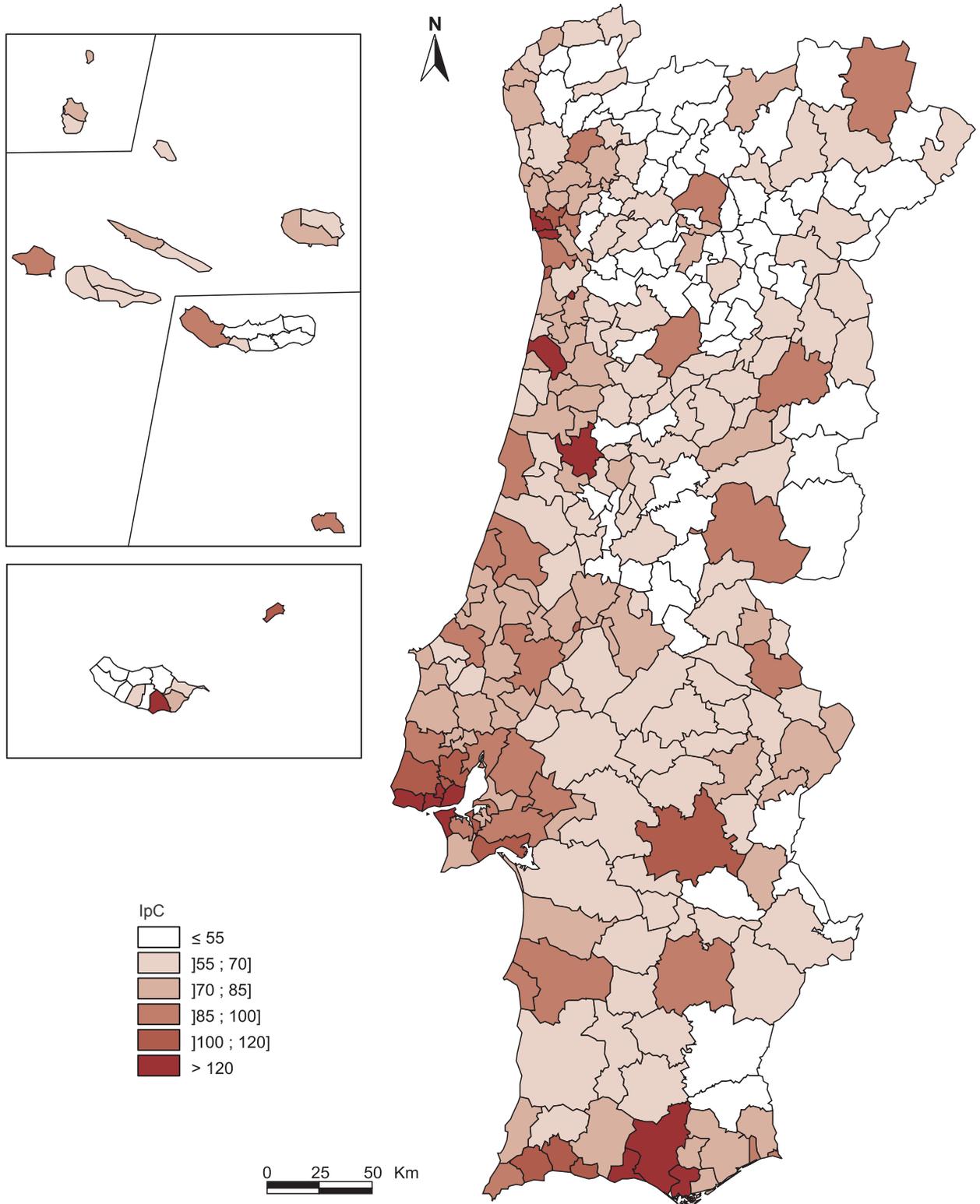
País: 100  
 Continente: 101,04



### IpC por NUTS III



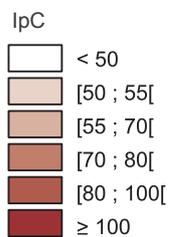
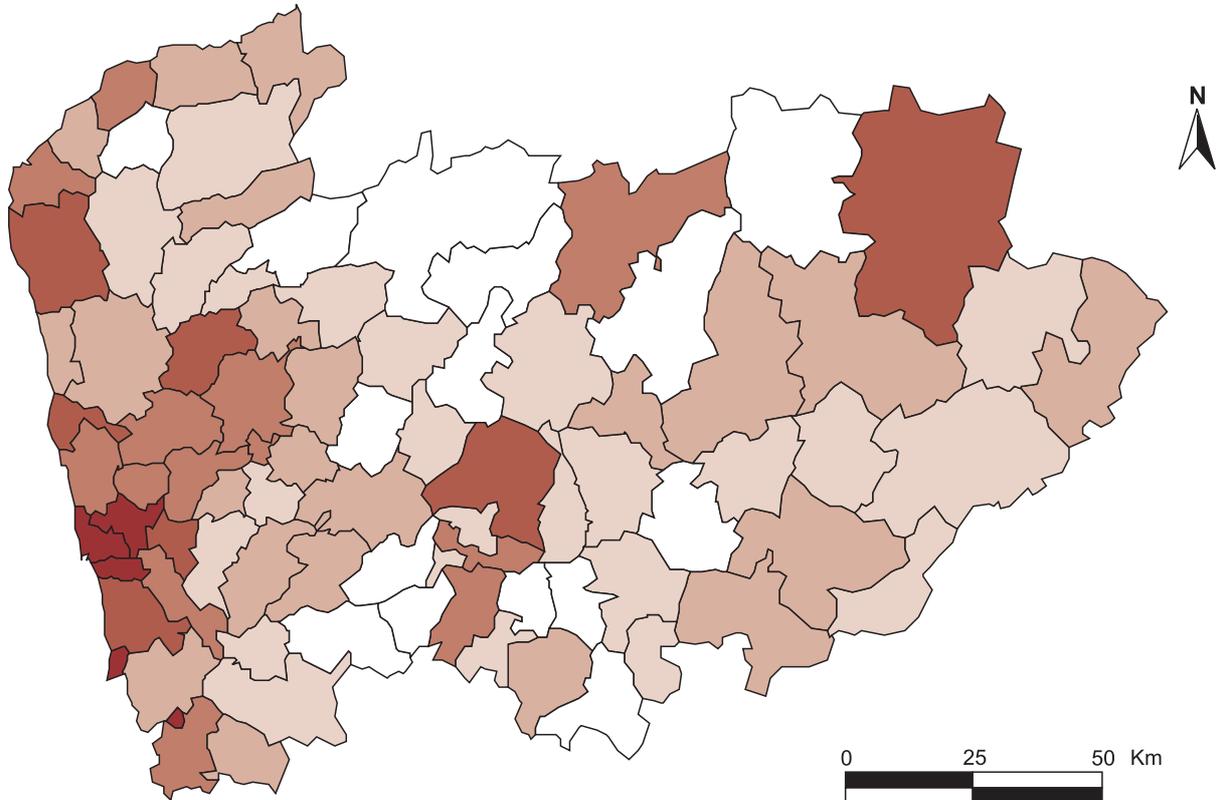
IpC por Concelhos



Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC
Lisboa	277,93	Marinha Grande	94,50	Gondomar	79,58	Almeirim	72,73
Porto	198,48	Seixal	94,46	<b>Beira Interior Sul</b>	79,26	Castro Marim	72,48
Oeiras	180,97	Montijo	94,29	Torres Novas	79,23	Golegã	72,38
<b>Grande Lisboa</b>	167,10	Leiria	93,95	Ovar	79,22	<b>Entre Douro e Vouga</b>	72,33
Cascais	162,29	Valongo	93,69	<b>Oeste</b>	79,17	Sobral de Monte Agraço	72,00
<b>Lisboa</b>	149,32	Figueira da Foz	93,49	Caminha	79,14	Guimarães	71,99
Albufeira	141,17	Ponta Delgada	93,20	<b>Centro</b>	79,01	Trofa	71,88
Faro	140,15	Bragança	92,54	Alenquer	78,53	Oliveira de Azeméis	71,74
Coimbra	132,47	Santarém	92,31	<b>Lezíria do Tejo</b>	78,35	Santa Cruz	71,69
Amadora	129,09	Vila Real de Santo António	92,08	Vila Viçosa	77,98	Santo Tirso	71,24
Matosinhos	125,86	Mafra	92,02	Moita	77,97	Lamego	71,19
Aveiro	121,53	Vila Real	90,30	<b>Alentejo Litoral</b>	77,89	Peso da Régua	70,87
Almada	120,94	Viseu	89,77	Batalha	77,72	Reguengos de Monsaraz	70,79
Loulé	120,78	Castelo Branco	89,10	Arruda dos Vinhos	77,23	Lourinhã	70,79
Funchal	120,78	Vila do Porto	88,85	Covilhã	77,17	Vizela	70,68
São João da Madeira	120,12	Horta	87,76	<b>Alentejo</b>	76,77	Estarreja	70,43
Portimão	119,03	Vila do Bispo	87,73	Alcobaça	76,65	Porto de Mós	70,31
<b>Grande Porto</b>	117,35	Santiago do Cacém	87,72	Águeda	76,62	Corvo	70,25
Loures	116,65	Guarda	86,40	<b>Médio Tejo</b>	76,58	Cantanhede	70,18
Espinho	112,16	Benavente	85,30	Aljezur	76,42	Albergaria-a-Velha	70,13
Porto Santo	110,78	<b>Pinhal Litoral</b>	84,79	Azambuja	76,31	Velas	70,09
Lagos	110,31	<b>Norte</b>	83,90	Rio Maior	76,18	Montemor-o-Novo	69,80
Odivelas	109,43	Tavira	83,83	Condeixa-a-Nova	75,90	Vila Nova de Cerveira	69,74
Évora	108,71	<b>R. Autónoma da Madeira</b>	83,69	Alcanena	75,76	Fronteira	69,70
Setúbal	107,92	Alcochete	83,62	Vila do Conde	75,59	<b>Ave</b>	69,62
<b>Algarve</b>	107,82	Póvoa de Varzim	83,57	Estremoz	75,38	Santa Maria da Feira	69,51
Barreiro	106,10	Cartaxo	83,49	<b>Alto Alentejo</b>	75,28	Borba	69,50
Entroncamento	105,80	Angra do Heroísmo	83,35	Oliveira do Bairro	75,12	Vila da Praia da Vitória	69,25
Maia	105,75	<b>Baixo Vouga</b>	83,03	<b>Cávado</b>	75,03	São Roque do Pico	69,16
Sintra	104,51	Sesimbra	82,91	Abrantes	74,73	Bombarral	68,65
<b>Península de Setúbal</b>	101,52	Ílhavo	82,66	Peniche	74,44	<b>Dão-Lafões</b>	68,27
<b>Continente</b>	101,04	Torres Vedras	82,63	Grândola	74,24	Mangualde	68,25
Lagoa	100,49	Constância	82,58	Valença	74,21	Ponte de Sôr	68,12
<b>País</b>	100,00	Vendas Novas	81,89	Campo Maior	74,15	<b>Baixo Alentejo</b>	68,09
<b>Baixo Mondego</b>	99,06	<b>Alentejo Central</b>	81,61	Santa Cruz das Flores	73,94	Fundão	68,07
Portalegre	98,87	Silves	81,50	Anadia	73,54	Vale de Cambra	68,01
Braga	98,61	Tomar	81,36	Chaves	73,45	<b>Beira Interior Norte</b>	67,98
Sines	97,88	Olhão	81,30	Lousã	73,38	Nelas	67,84
Palmela	96,61	Viana do Castelo	81,30	<b>R. Autónoma dos Açores</b>	73,33	Esposende	67,40
Vila Franca de Xira	96,29	Nazaré	80,99	Vila Nova da Barquinha	73,22	Mira	67,29
Caldas da Rainha	96,06	Elvas	80,30	Mealhada	73,10	Óbidos	67,23
Vila Nova de Gaia	95,11	São Brás de Alportel	79,92	Vila Nova de Famalicão	73,00	<b>Minho-Lima</b>	67,10
Beja	94,71	Castelo de Vide	79,69	<b>Cova da Beira</b>	72,97	Pombal	67,01

Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC	Regiões/Concelhos	IpC
Vila Nova de Poiares	66,59	Fafe	60,76	Serpa	56,18	Penacova	51,19
Castro Verde	66,19	<b>Pinhal Interior Norte</b>	60,52	Celorico da Beira	56,12	Mondim de Basto	50,98
Ourém	66,05	Ourique	60,46	<b>Tâmega</b>	55,78	Arcos de Valdevez	50,87
Mirandela	65,75	Alpiarça	60,08	Pedrógão Grande	55,72	Vouzela	50,85
Redondo	65,50	Soure	60,06	Góis	55,65	Vila de Rei	50,80
Avis	65,31	Arganil	60,06	Lagoa (R.A.A.)	55,53	Penedono	50,78
Odemira	65,20	Tondela	60,04	Fornos de Algodres	55,50	Vieira do Minho	50,61
Viana do Alentejo	65,12	Chamusca	59,87	São Pedro do Sul	55,24	Santa Marta de Penaguião	50,54
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	65,00	Penafiel	59,81	Ribeira Brava	55,07	Sabrosa	50,35
Salvaterra de Magos	64,91	Cadaval	59,78	Castelo de Paiva	54,71	Portel	50,20
<b>Douro</b>	64,72	Vila Nova de Foz Côa	59,77	Mação	54,69	Cabeceiras de Basto	50,18
Madalena	64,71	Calheta (R.A.A.)	59,52	Tábua	54,62	São João da Pesqueira	50,13
Sardoal	64,64	Vila Velha de Ródão	59,51	Amares	54,55	Calheta (R.A.M.)	50,06
Alter do Chão	64,57	Arronches	59,44	Gavião	54,47	Mértola	50,01
Almeida	64,56	Oliveira de Frades	59,38	Idanha-a-Nova	54,45	Penamacor	49,97
Seia	64,55	Ferreira do Alentejo	59,26	Penela	54,43	Aguiar da Beira	49,89
Alcácer do Sal	64,31	Cuba	59,01	Porto Moniz	54,34	Paredes de Coura	49,83
Paços de Ferreira	64,30	Barcelos	58,99	Proença-a-Nova	54,25	Valpaços	49,76
Marvão	64,13	Moura	58,97	<b>Pinhal Interior Sul</b>	54,00	Montalegre	49,61
Mora	64,10	Alvito	58,96	Figueiró dos Vinhos	53,89	Carraceda de Ansiães	49,42
Coruche	63,96	Trancoso	58,93	Mogadouro	53,78	Terras de Bouro	49,36
Felgueiras	63,65	Carregal do Sal	58,73	Vimioso	53,75	Tabuaço	49,10
Murtosa	63,53	Pinhel	58,70	Mesão Frio	53,66	Castro Daire	48,84
Belmonte	63,39	Montemor-o-Velho	58,58	Freixo de Espada à Cinta	53,63	Ponta do Sol	48,39
Arraiolos	63,21	Melgaço	58,47	Lousada	53,62	Vila Nova de Paiva	48,34
<b>Serra da Estrela</b>	62,75	Monforte	58,46	Povoação	53,51	Meda	48,32
Monchique	62,72	Amarante	58,44	Ferreira do Zêzere	53,38	Ribeira Grande	47,75
Miranda do Douro	62,63	Almodôvar	58,29	São Vicente	53,33	Oleiros	47,40
Oliveira do Hospital	62,60	Machico	58,24	Paredes	53,27	Boticas	46,56
Santa Comba Dão	62,49	Monção	58,03	Tarouca	53,25	Vinhais	46,51
Santa Cruz da Graciosa	62,42	Miranda do Corvo	57,98	Mourão	53,12	Baião	46,31
Macedo de Cavaleiros	62,40	Manteigas	57,90	Sátão	53,00	Alcoutim	46,24
Castanheira de Pêra	62,30	Murça	57,87	Barrancos	52,84	Nordeste	46,10
Gouveia	62,11	Ponte da Barca	57,72	Vila Flor	52,77	Santana	45,22
Vagos	62,09	Marco de Canaveses	57,71	Vila Pouca de Aguiar	52,61	Vila Franca do Campo	45,09
Nisa	62,06	Alvaiázere	57,70	Ponte de Lima	52,50	Resende	44,78
Lajes das Flores	62,05	Vidigueira	57,60	Arouca	52,41	Armamar	44,55
Sever do Vouga	62,00	Lajes do Pico	57,34	Alfândega da Fé	52,29	Câmara de Lobos	44,35
Sousel	61,85	Torre de Moncorvo	57,13	Alandroal	52,19	Penalva do Castelo	44,02
Aljustrel	61,61	Sertã	56,73	Pampilhosa da Serra	51,86	Ribeira de Pena	43,78
Crato	61,06	Póvoa de Lanhoso	56,71	Aljó	51,69	Cinfães	42,71
Ansião	60,96	Moimenta da Beira	56,48	Sabugal	51,60	Sernancelhe	42,07
Mortágua	60,96	Figueira de Castelo Rodrigo	56,33	Vila Verde	51,36	Celorico de Basto	41,77

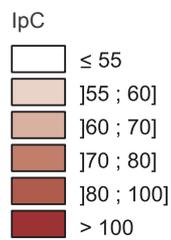
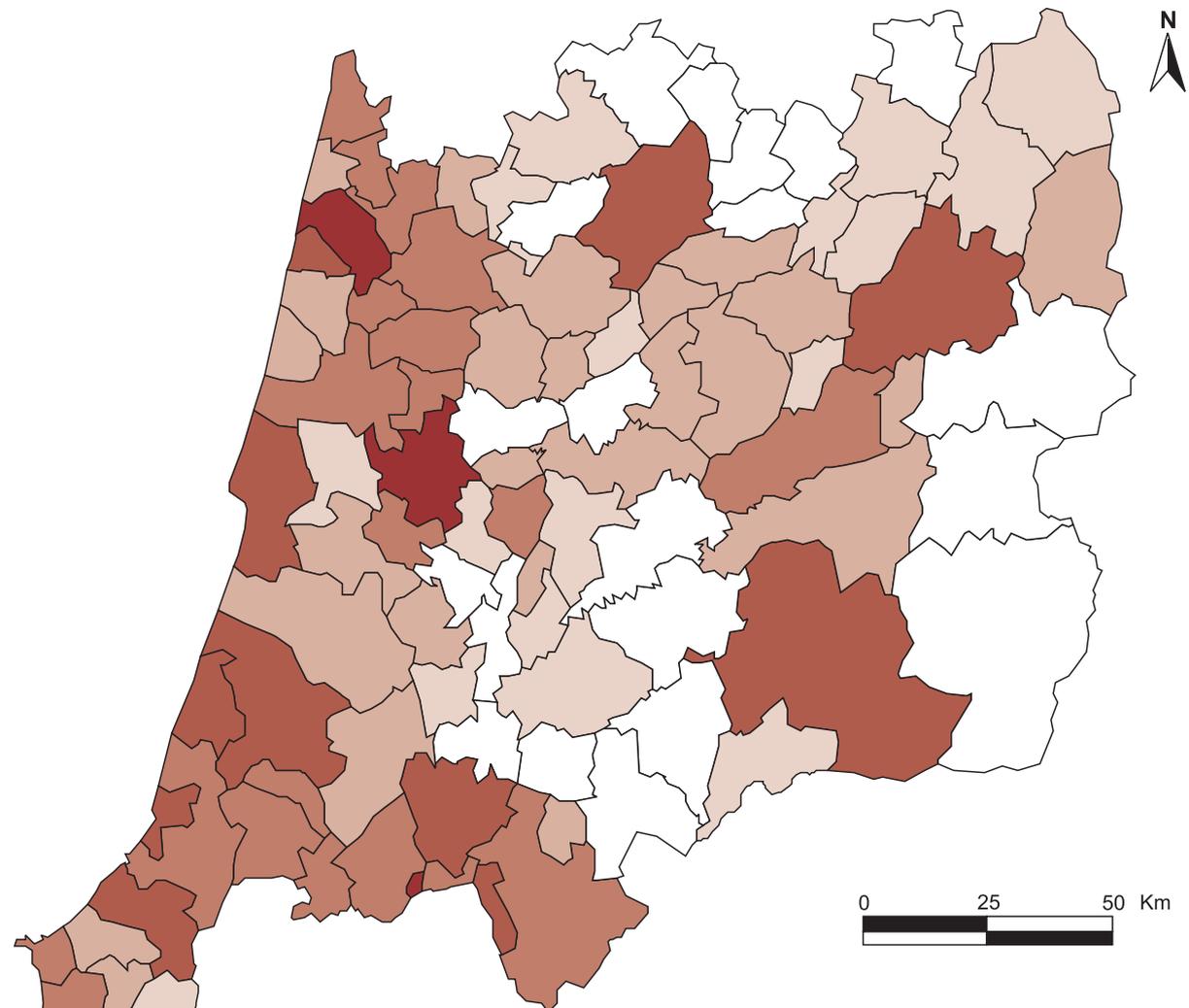
## IpC do Norte por Concelhos

Concelhos da região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Porto	198,48
Matosinhos	125,86
São João da Madeira	120,12
Espinho	112,16
Maia	105,75
Braga	98,61
Vila Nova de Gaia	95,11
Valongo	93,69
Bragança	92,54
Vila Real	90,30

Valor do IpC na região Norte: 83,90

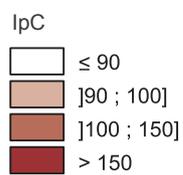
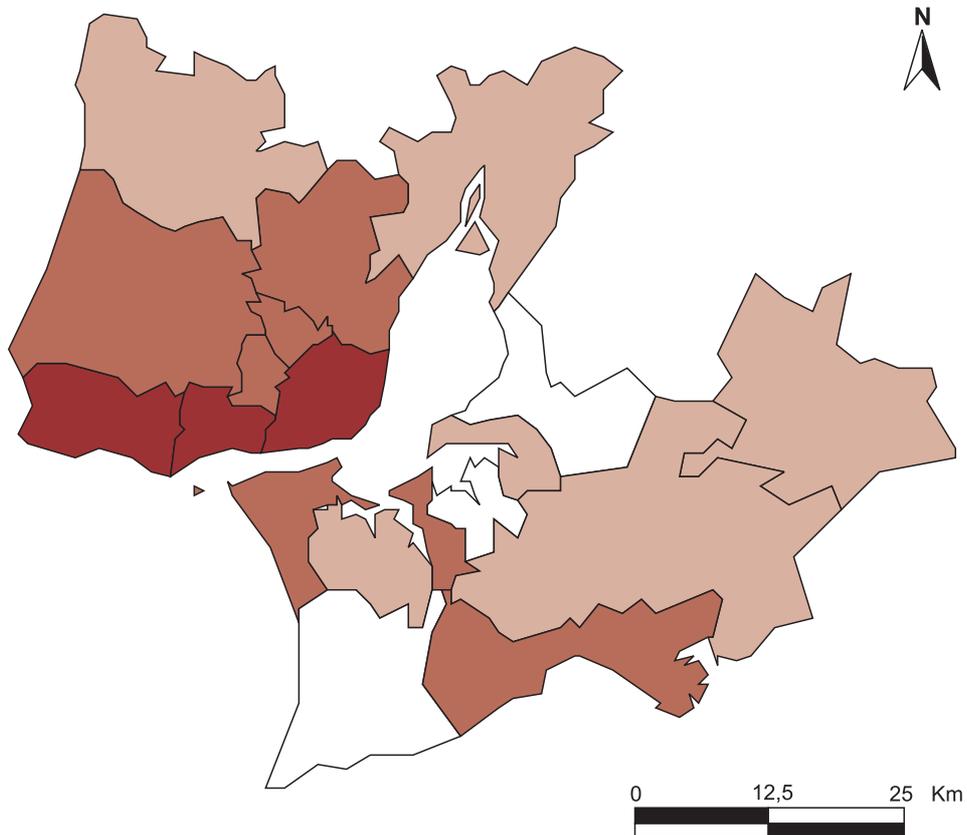
IpC do Centro por Concelhos



Concelhos da região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Coimbra	132,47
Aveiro	121,53
Entroncamento	105,80
Caldas da Rainha	96,06
Marinha Grande	94,50
Leiria	93,95
Figueira da Foz	93,49
Viseu	89,77
Castelo Branco	89,10
Guarda	86,40
Valor do IpC na região Centro: 79,01	

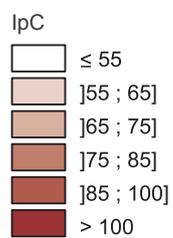
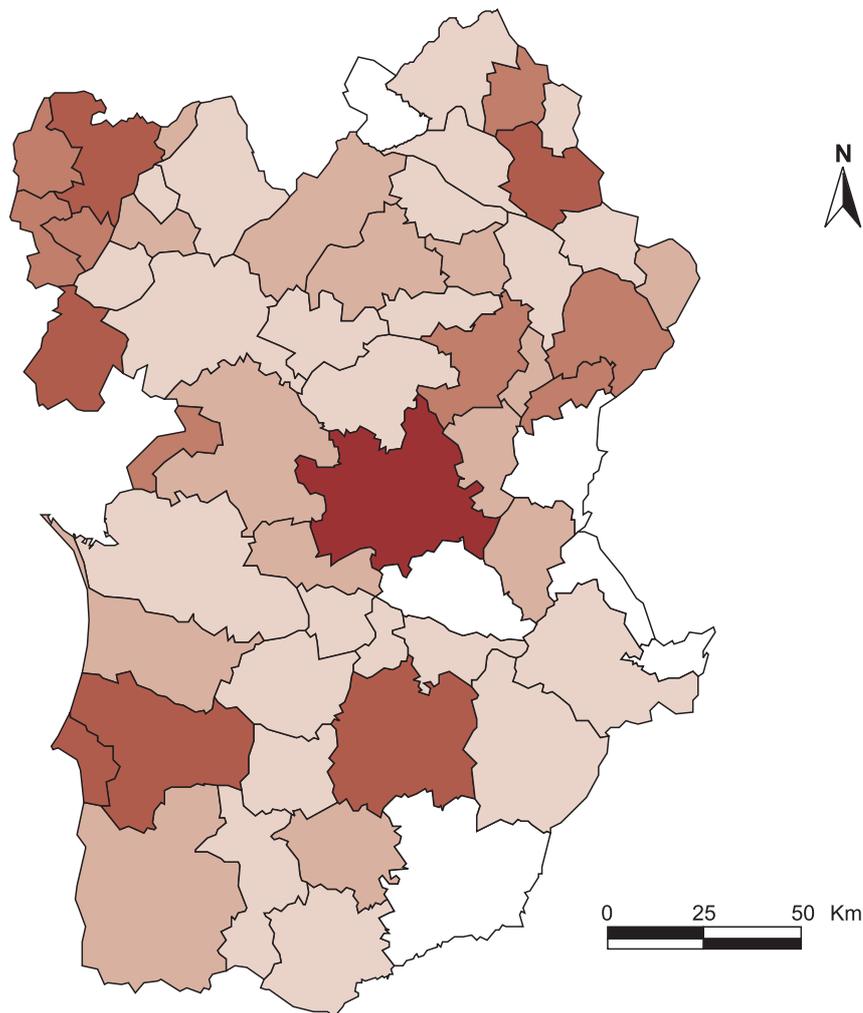
## IpC de Lisboa por Concelhos



Concelhos da região com maior  
Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Lisboa	277,93
Oeiras	180,97
Cascais	162,29
Amadora	129,09
Almada	120,94
Loures	116,65
Odivelas	109,43
Setúbal	107,92
Barreiro	106,10
Sintra	104,51
Valor do IpC na região de Lisboa: 149,32	

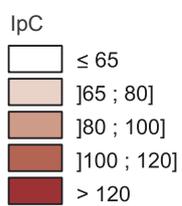
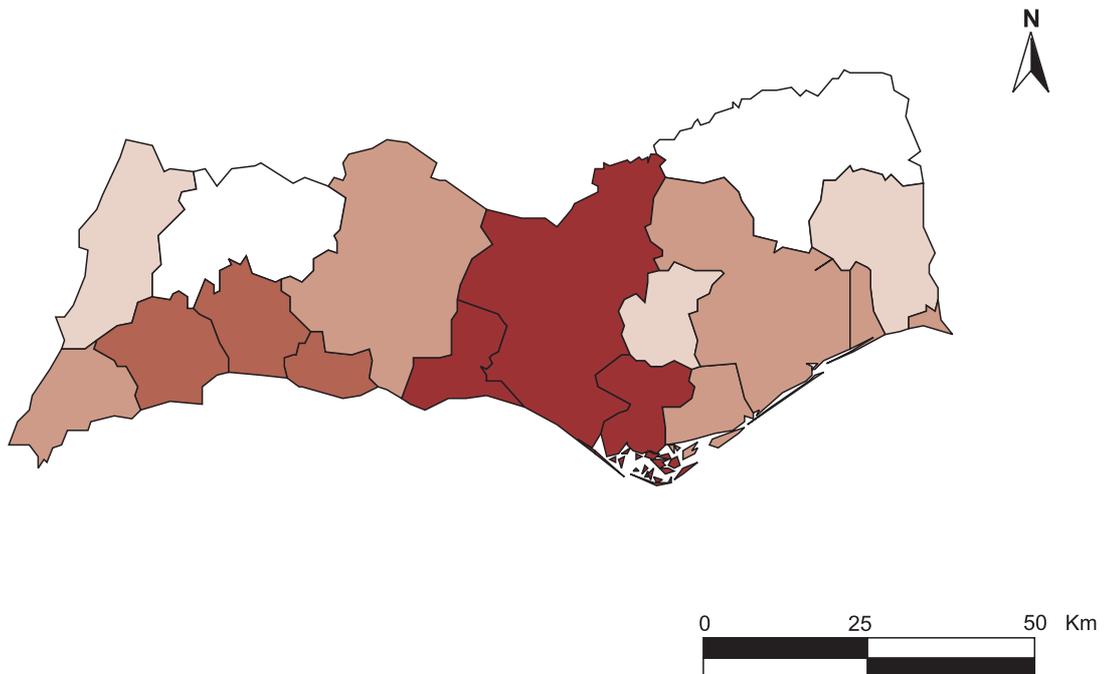
## IpC do Alentejo por Concelhos



Concelhos da região com maior  
Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Évora	108,71
Portalegre	98,87
Sines	97,88
Beja	94,71
Santarém	92,31
Santiago do Cacém	87,72
Benavente	85,30
Cartaxo	83,49
Vendas Novas	81,89
Elvas	80,30
Valor do IpC na região do Alentejo: 76,77	

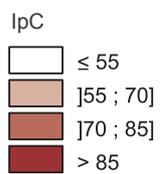
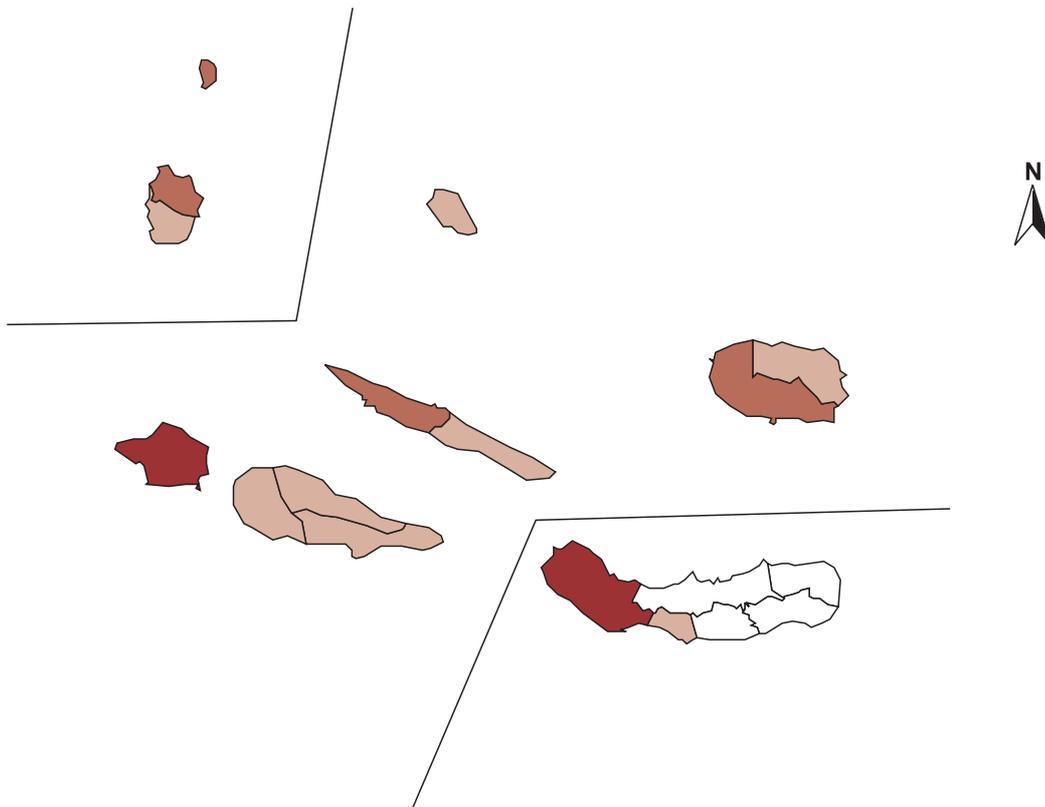
## IpC do Algarve por Concelhos



Concelhos da região com maior  
Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Albufeira	141,17
Faro	140,15
Loulé	120,78
Portimão	119,03
Lagos	110,31
Lagoa	100,49
Valor do IpC na região do Algarve: 107,82	

## IpC da Região Autónoma dos Açores por Concelhos

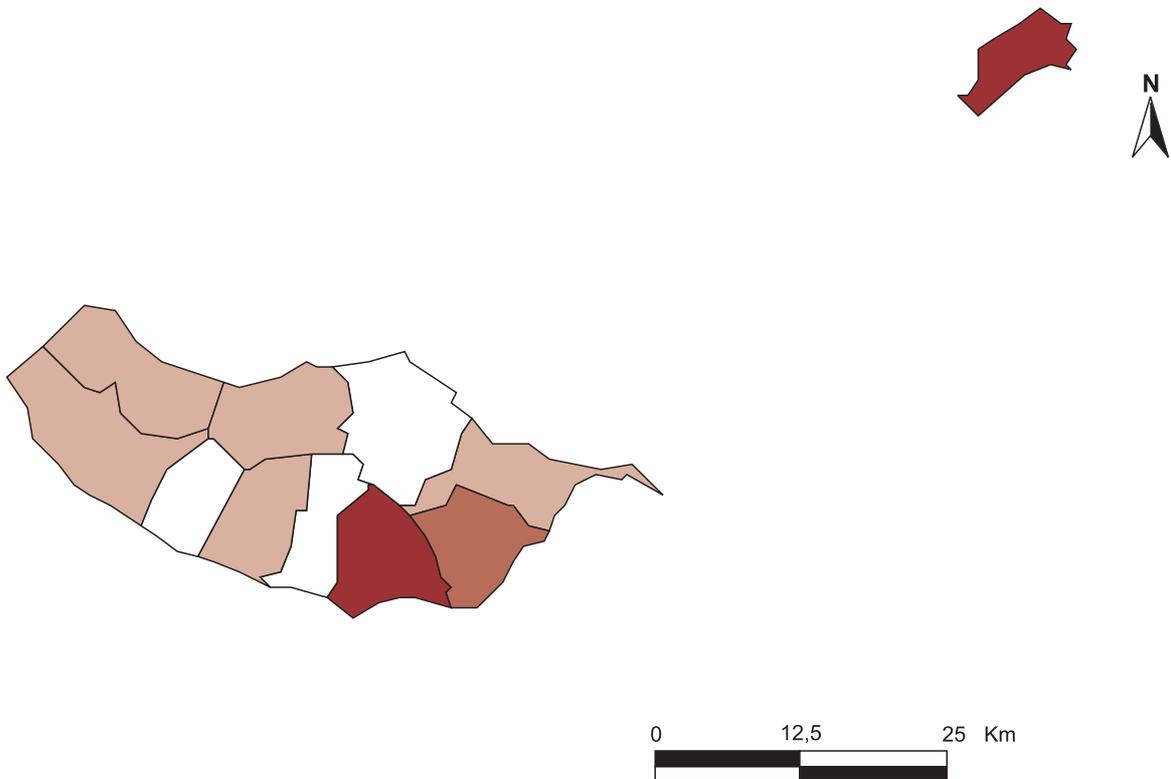


Concelhos da região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Ponta Delgada	93,20
Vila do Porto	88,85
Horta	87,76
Angra do Heroísmo	83,35
Santa Cruz das Flores	73,94
Corvo	70,25

Valor do IpC na Região Autónoma dos Açores: 73,33

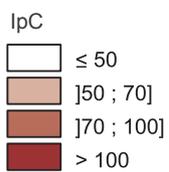
IpC da Região Autónoma da Madeira por Concelhos



Concelhos da região com maior Poder de Compra *per Capita*

Concelhos	Indicador <i>per Capita</i>
Funchal	120,78
Porto Santo	110,78
Santa Cruz	71,69
Machico	58,24
Ribeira Brava	55,07
Porto Moniz	54,34

Valor do IpC na Região Autónoma da Madeira: 83,69



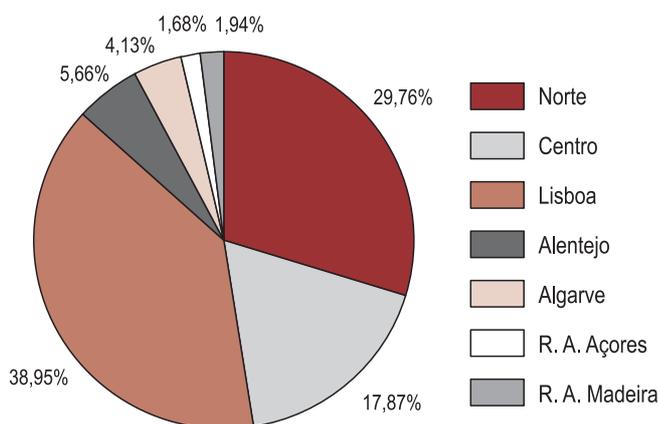
## Percentagem de Poder de Compra

---

## Introdução

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador, inferido do Indicador *per Capita* de poder de compra, que se propõe medir o peso do poder de compra de cada concelho (e região) no total do País que toma o valor 100. A PPC reflecte não só a distribuição do poder de compra pelo país, mas também, e concomitantemente, a distribuição da população. Apesar dos problemas descritos na Nota Metodológica, a propósito da escolha do sistema de medida do Indicador *per Capita*, que aconselham uma leitura cautelosa dos números fornecidos pela PPC, optámos pela divulgação deste indicador, face ao interesse que ineludivelmente representa para os utilizadores.

Na figura em baixo representa-se a estrutura do poder de compra do País por regiões NUTS II. Constata-se assim o predomínio da região de Lisboa que abarca sozinha cerca de 39% do total nacional do poder de compra. Segue-se-lhe a região Norte que se aproxima dos 30% enquanto a região Centro fica aquém dos 18% deste todo. Com contributos mais modestos, surgem o Alentejo, com 5,7%, e o Algarve que se fica pelos 4,1%. Obtêm-se assim os 96,4% atingidos pelo Continente no total nacional em termos de poder de compra. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, por sua vez, não atingem cada uma os 2%.



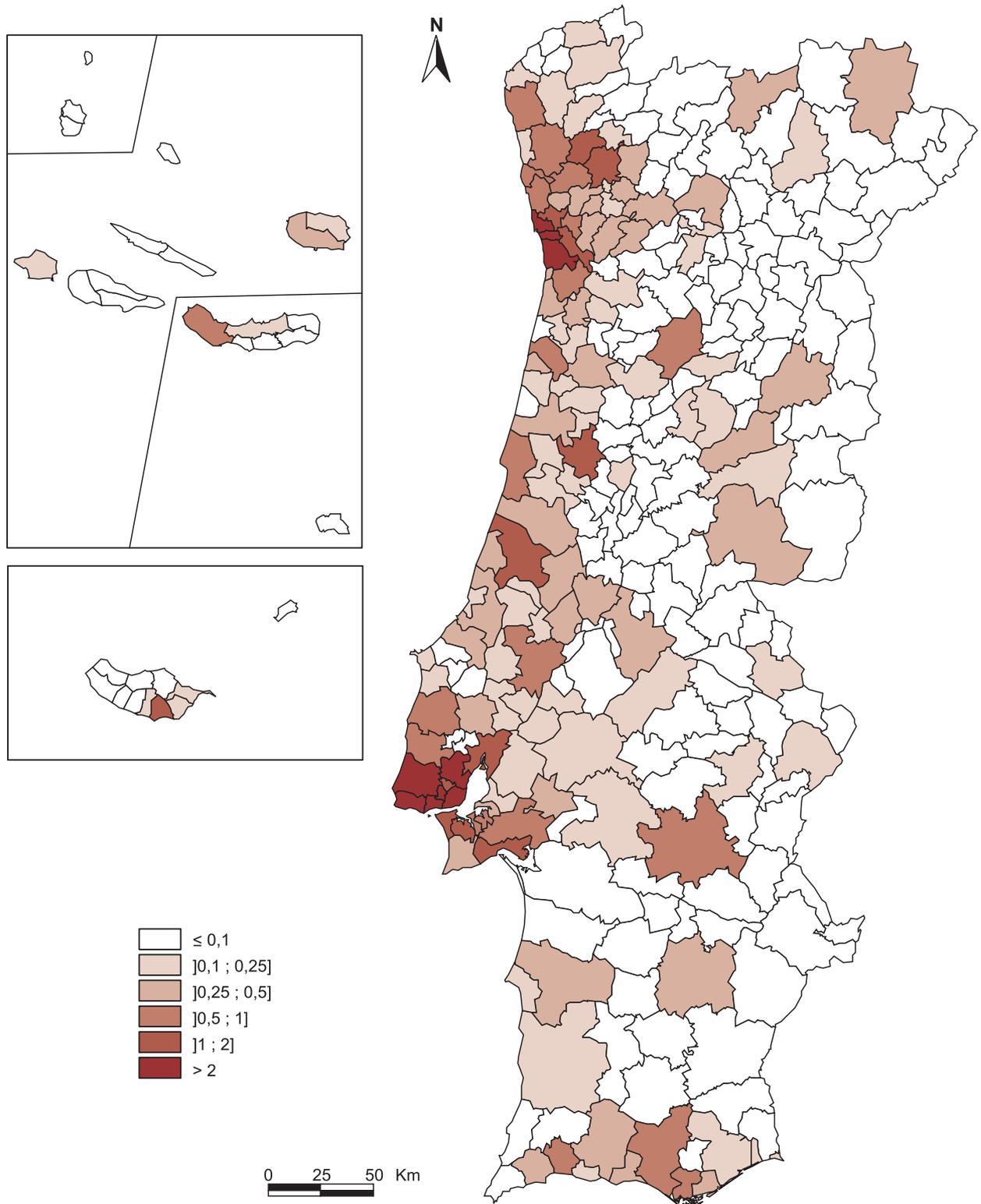
O Quadro seguinte decompõe a estrutura do poder de compra nacional pelas diferentes NUTS III. Destaca-se o peso que a Grande Lisboa representa no todo nacional, quase 32%, valor que ultrapassa o de toda a região Norte, enquanto que o contributo do Grande Porto excede os 14%. Segue-se a Península de Setúbal com um registo deste indicador de 7% do poder de compra nacional, ainda superior à PPC do Alentejo e do Algarve. As regiões do Ave, Baixo Mondego e Baixo Vouga representam cada uma pouco mais de 3%. Com um peso inferior a 1% do poder de compra, encontram-se nove regiões localizadas predominantemente no interior do País.

Regiões	PPC
Minho-Lima	1,61
Cávado	2,86
Ave	3,43
Grande Porto	14,22
Tâmega	2,96
Entre Douro e Vouga	1,94
Douro	1,36
Alto Trás-os-Montes	1,38
<b>Norte</b>	<b>29,76</b>
Baixo Vouga	3,10
Baixo Mondego	3,21
Pinhal Litoral	2,08
Pinhal Interior Norte	0,80
Dão-Lafões	1,88
Pinhal Interior Sul	0,23
Serra da Estrela	0,30
Beira Interior Norte	0,74
Beira Interior Sul	0,58
Cova da Beira	0,65
Oeste	2,63
Médio Tejo	1,68
<b>Centro</b>	<b>17,87</b>
Grande Lisboa	31,77
Península de Setúbal	7,18
<b>Lisboa</b>	<b>38,95</b>
Alentejo Litoral	0,73
Alto Alentejo	0,89
Alentejo Central	1,34
Baixo Alentejo	0,86
Lezíria do Tejo	1,84
<b>Alentejo</b>	<b>5,66</b>
<b>Algarve</b>	<b>4,13</b>
<b>Continente</b>	<b>96,38</b>
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>1,68</b>
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	<b>1,94</b>

No que respeita à distribuição concelhia da PPC, apresenta-se um mapa para visualização, seguido da listagem exaustiva do valor desta percentagem em todos os concelhos do país. Assinale-se o peso muito significativo do concelho de Lisboa que sozinho se aproxima dos 15% do total do poder de compra nacional. Porto e Sintra apresentam também um peso relevante, 4,8% e 3,9%, respectivamente. Para além destes, entre os 308 concelhos que constituem o país, é possível ainda encontrar mais 19 concelhos que conseguem, por si só, superar o peso de 1% do poder de compra do país. Estes 21 concelhos situam-se na sua maioria nas áreas da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Grande Porto, aos quais se juntam Coimbra, Braga, Funchal, Guimarães e Leiria.

A distribuição espacial da PPC ilustra, de forma muito evidente, as assimetrias regionais do País, reflectindo a concentração, quer do poder de compra, quer da população, nas duas grandes cidades portuguesas e suas envolventes sub-urbanas, assim como, de forma mais genérica, na faixa litoral. Poucos são os concelhos do interior capazes de assumir algum relevo no total nacional do poder de compra. Saliente-se, somente, entre os concelhos do interior, o peso ainda relativamente significativo denotado pela PPC dos concelhos de Viseu (0,82%) e Évora (0,60%).

PPC por Concelhos



Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC
Lisboa	14,6815	Moita	0,5157	Trofa	0,2636	Vagos	0,1342
Porto	4,7844	Póvoa de Varzim	0,5155	Cantanhede	0,2564	Vila da Praia da Vitória	0,1334
Sintra	3,8910	Mafra	0,5088	Santiago do Cacém	0,2561	Oliveira do Hospital	0,1322
Oeiras	2,8770	Santo Tirso	0,4913	São João da Madeira	0,2454	Ribeira Grande	0,1308
Cascais	2,7461	Oliveira de Azeméis	0,4876	Portalegre	0,2390	Coruche	0,1292
Vila Nova de Gaia	2,6805	Castelo Branco	0,4724	Lousada	0,2337	Caminha	0,1289
Loures	2,2367	Caldas da Rainha	0,4633	Vila Verde	0,2326	Salvaterra de Magos	0,1280
Amadora	2,1910	Albufeira	0,4479	Ponte de Lima	0,2232	Sines	0,1266
Matosinhos	2,0201	Vila Real	0,4342	Anadia	0,2226	Horta	0,1259
Almada	1,9036	Paredes	0,4303	Esposende	0,2193	Póvoa de Lanhoso	0,1258
Coimbra	1,8478	Ovar	0,4241	Santa Cruz	0,2098	Peso da Régua	0,1248
Braga	1,5804	Penafiel	0,4114	Lagoa	0,2058	Montemor-o-Novo	0,1235
Odivelas	1,4525	Alcobaça	0,4024	Fundão	0,2044	Arouca	0,1210
Seixal	1,4309	Covilhã	0,3988	Benavente	0,2012	Arcos de Valdevez	0,1200
Gondomar	1,2693	Pombal	0,3680	Tavira	0,1992	Soure	0,1194
Maia	1,2649	Guarda	0,3638	Peniche	0,1984	Machico	0,1190
Setúbal	1,2139	Águeda	0,3620	Entroncamento	0,1943	Nazaré	0,1169
Vila Franca de Xira	1,1837	Montijo	0,3617	Cartaxo	0,1922	Ponte de Sôr	0,1161
Funchal	1,1774	Felgueiras	0,3543	Estarreja	0,1900	Condeixa-a-Nova	0,1150
Guimarães	1,1080	Espinho	0,3511	Lamego	0,1881	Lousã	0,1146
Leiria	1,0960	Marinha Grande	0,3398	Tondela	0,1783	Batalha	0,1136
Santa Maria da Feira	0,9245	Amarante	0,3374	Elvas	0,1760	Alcochete	0,1107
Vila Nova de Famalicão	0,9046	Tomar	0,3369	Seia	0,1719	Monção	0,1103
Aveiro	0,8563	Paços de Ferreira	0,3318	Albergaria-a-Velha	0,1680	Estremoz	0,1103
Viseu	0,8171	Olhão	0,3199	Porto de Mós	0,1645	Alcanena	0,1067
Barreiro	0,8059	Sesimbra	0,3196	Lourinhã	0,1625	Grândola	0,1042
Valongo	0,7920	Beja	0,3188	Mirandela	0,1625	Macedo de Cavaleiros	0,1035
Faro	0,7767	Fafe	0,3093	Vale de Cambra	0,1611	São Pedro do Sul	0,1010
Loulé	0,6968	Alenquer	0,3086	Odemira	0,1611	Valença	0,1008
Viana do Castelo	0,6967	Chaves	0,3081	Vila Real de Santo António	0,1586	Amares	0,0986
Barcelos	0,6944	Bragança	0,3076	Rio Maior	0,1568	Baião	0,0973
Torres Vedras	0,5884	Ourém	0,3034	Almeirim	0,1558	Gouveia	0,0949
Évora	0,5811	Ílhavo	0,3008	Oliveira do Bairro	0,1558	Nelas	0,0931
Ponta Delgada	0,5786	Abrantes	0,3007	Vizela	0,1555	Moura	0,0928
Santarém	0,5673	Marco de Canaveses	0,2935	Azambuja	0,1554	Vendas Novas	0,0922
Figueira da Foz	0,5630	Torres Novas	0,2822	Mealhada	0,1477	Valpaços	0,0918
Vila do Conde	0,5437	Angra do Heroísmo	0,2798	Câmara de Lobos	0,1468	Castelo de Paiva	0,0901
Portimão	0,5191	Lagos	0,2740	Montemor-o-Velho	0,1417	Cinfães	0,0896
Palmela	0,5174	Silves	0,2650	Mangualde	0,1373	Sertã	0,0894

Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC	Concelhos	PPC
Bombarral	0,0892	Vila Nova de Cerveira	0,0589	Santa Marta de Penaguião	0,0412	Castelo de Vide	0,0291
Serpa	0,0880	Idanha-a-Nova	0,0589	São João da Pesqueira	0,0408	Vila Nova de Paiva	0,0288
Cabeceiras de Basto	0,0856	Carregal do Sal	0,0587	Monchique	0,0402	Meda	0,0284
Alcácer do Sal	0,0855	Murtosa	0,0578	Mértola	0,0398	Santa Cruz da Graciosa	0,0282
Mira	0,0835	Vouzela	0,0577	Golegã	0,0396	Boticas	0,0279
Penacova	0,0822	Mogadouro	0,0567	Vila Flor	0,0394	Cuba	0,0274
Cadaval	0,0813	Calheta (R.A.M.)	0,0564	Terras de Bouro	0,0385	Lajes do Pico	0,0270
Celorico de Basto	0,0812	Melgaço	0,0553	Aljezur	0,0384	Vimioso	0,0267
São Brás de Alportel	0,0802	Vila Nova da Barquinha	0,0541	Figueira de Castelo Rodrigo	0,0378	Sardoal	0,0252
Ansião	0,0799	Torre de Moncorvo	0,0527	Madalena	0,0378	Góis	0,0252
Arruda dos Vinhos	0,0790	Resende	0,0523	Penalva do Castelo	0,0375	Sernancelhe	0,0250
Castro Daire	0,0789	Borba	0,0507	Velas	0,0373	Pampilhosa da Serra	0,0248
Sever do Vouga	0,0775	Almeida	0,0501	Figueiró dos Vinhos	0,0372	Mesão Frio	0,0245
Arganil	0,0771	Ferreira do Alentejo	0,0494	Ponta do Sol	0,0371	Crato	0,0244
Reguengos de Monsaraz	0,0768	Nisa	0,0493	Santana	0,0369	Gavião	0,0242
Lagoa (R.A.A)	0,0758	Proença-a-Nova	0,0490	Murça	0,0367	São Roque do Pico	0,0240
Vila Pouca de Aguiar	0,0758	Ferreira do Zêzere	0,0483	Carraceda de Ansiães	0,0353	Marvão	0,0238
Santa Comba Dão	0,0743	Castro Verde	0,0482	Viana do Alentejo	0,0348	Fronteira	0,0237
Miranda do Corvo	0,0735	Vila Nova de Foz Côa	0,0479	Ourique	0,0346	Alter do Chão	0,0234
Sabugal	0,0721	Vila Franca do Campo	0,0476	Mora	0,0344	Pedrógão Grande	0,0232
Ponte da Barca	0,0716	Miranda do Douro	0,0474	Povoação	0,0341	Nordeste	0,0231
Óbidos	0,0711	Celorico da Beira	0,0472	Penela	0,0339	Calheta (R.A.A.)	0,0227
Vieira do Minho	0,0706	Vila do Porto	0,0469	Portel	0,0338	Vila Velha de Ródão	0,0224
Alijó	0,0698	Alpiarça	0,0468	Sabrosa	0,0335	Manteigas	0,0221
Sátão	0,0673	Porto Santo	0,0464	Vidigueira	0,0334	Castanheira de Pêra	0,0215
Chamusca	0,0657	Belmonte	0,0462	Sousel	0,0332	Freixo de Espada à Cinta	0,0210
Vila Viçosa	0,0656	Vinhais	0,0461	Alandroal	0,0320	Arronches	0,0189
Tábua	0,0654	Alvaiázere	0,0458	Avis	0,0318	Monforte	0,0185
Ribeira Brava	0,0649	Vila Nova de Poiares	0,0456	Armamar	0,0316	Santa Cruz das Flores	0,0175
Sobral de Monte Agraço	0,0647	Paredes de Coura	0,0453	Tabuaço	0,0313	Penedono	0,0166
Trancoso	0,0606	Castro Marim	0,0450	São Vicente	0,0308	Mourão	0,0166
Mortágua	0,0604	Arraiolos	0,0450	Ribeira de Pena	0,0306	Vila de Rei	0,0160
Pinhel	0,0602	Redondo	0,0445	Penamacor	0,0306	Alcoutim	0,0158
Oliveira de Frades	0,0602	Vila do Bispo	0,0444	Constância	0,0302	Alvito	0,0151
Aljustrel	0,0602	Almodôvar	0,0439	Aguiar da Beira	0,0299	Porto Moniz	0,0146
Moimenta da Beira	0,0596	Mação	0,0424	Fornos de Algodres	0,0294	Barrancos	0,0095
Campo Maior	0,0592	Tarouca	0,0421	Oleiros	0,0292	Lajes das Flores	0,0088
Montalegre	0,0592	Mondim de Basto	0,0416	Alfândega da Fé	0,0291	Corvo	0,0029

## Factor Dinamismo Relativo

---

## Introdução

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões do País. O FDR mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal. Este indicador, que se exprime em proporção dos residentes nos concelhos, toma pois os seus valores mais elevados nos concelhos de grande afluência turística, nomeadamente no Algarve, assumindo ao contrário os valores mais baixos nos grandes centros urbanos. Este último facto não significa que a actividade turística seja irrelevante nestes centros, mas somente que a sua influência se dilui na massa de poder de compra, mais significativa, aí manifestada pelos residentes, ou pelos que diariamente interagem nestes concelhos.

A posição ocupada por concelhos como Lisboa, Amadora, Oeiras e Porto, nos últimos lugares da ordenação concelhia pelo FDR, mostra que este indicador não é sensível aos movimentos pendulares da população que se registam no interior das grandes áreas metropolitanas. O efeito destes fluxos deverá ser antes reflectido no IpC, restando ao FDR a tarefa de representar os movimentos mais irregulares, com reflexo no poder de compra que, como já se referiu, se associam fundamentalmente à capacidade de atracção turística de alguns concelhos. Sublinhe-se que a nulidade do coeficiente de correlação entre os indicadores IpC e FDR, imposta pela metodologia da construção destes indicadores, deverá ter contribuído igualmente para o posicionamento dos grandes centros urbanos, a que corresponde geralmente um elevado poder de compra *per capita*, no fundo da tabela que ordena os concelhos pelo FDR.

Esta parte propõe-se mostrar e analisar a distribuição espacial do FDR por regiões NUTS I, II e III e por concelhos. Inclui ainda a tabela que ordena os diferentes concelhos e regiões pelo indicador em análise. Na falta de uma unidade de medida adequada, em que se exprimisse o FDR, optou-se pela sua apresentação como variável estandardizada, sendo o 0 a média aritmética simples dos diferentes concelhos, e 1 (unidade de medida) o desvio-padrão da distribuição. O valor do FDR para o País, que corresponde à média ponderada dos 308 concelhos pelos seus pesos populacionais, é de -0,4829.

No que respeita à distribuição por NUTS II, o Algarve foi a região que registou o valor mais elevado do FDR tendo este indicador mais que triplicado o desvio-padrão da sua distribuição, atingindo nesta região um *score* de 3,01. Para além do Algarve, somente a Região Autónoma da Madeira verifica um registo positivo neste indicador, cifrado em 0,55. Entre as NUTS II com valores negativos no seu FDR, destaca-se a região de Lisboa com -1,56. No que respeita às regiões NUTS III importa sublinhar a posição em que se situou o Alentejo Litoral logo após o Algarve e acima da Madeira, com um FDR de 0,58. Na cauda da tabela quedaram-se a Península de Setúbal e a Grande Lisboa, regiões em que o FDR assumiu respectivamente os valores de -0,76 e -1,86.

A análise do FDR por concelho reflecte, de forma particularmente elucidativa, a interpretação prestada a este indicador. Os valores mais elevados do FDR encontram-se em concelhos fortemente dominados pelo fenómeno turístico, nomeadamente Albufeira em que o valor do FDR atinge um registo 9 vezes superior ao desvio-padrão da distribuição, Vila do Bispo também com um valor que se aproxima dos 6 desvios-padrão, seguidos de Lagoa (Algarve) e

Loulé, ambos com registos superiores a 4,5. Assim, no topo da seriação por concelhos deste indicador encontram-se a maioria dos municípios algarvios: mais precisamente, dos 16 concelhos do Algarve 12 situam-se nos 18 primeiros lugares do *ranking* do FDR, sendo algarvios os sete primeiros lugares dessa ordenação. Ficaram somente de fora desta posição cimeira Alcoutim, Olhão, S. Brás de Alportel e Faro, embora situados entre os 60 primeiros lugares da tabela. Nos 19 primeiros, que são também aqueles em que o FDR excedeu o valor 1, situam-se ainda sete concelhos não algarvios: Nazaré, Grândola, Terras de Bouro, Óbidos, Castelo de Vide e dois concelhos da Madeira, Porto Santo e Porto Moniz. No intervalo 0,5 a 1 da escala do FDR, podem encontrar-se outros pólos de atracção turística como o Funchal, Odemira, Sines e Caminha. No outro extremo da lista, e com um FDR inferior a -0,5, encontram-se vários municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, entre os quais estas duas cidades, mas também Amadora, Oeiras, Odivelas, Loures, Sintra, Almada, Valongo e Matosinhos, as cidades de Coimbra e Braga, os casos peculiares do Entroncamento e de S. João da Madeira, e ainda vários concelhos açorianos.

Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR
Albufeira	9,3364	Vila Nova de Cerveira	0,2887	Belmonte	0,0722	Melgaço	-0,0686
Vila do Bispo	5,7434	Arraiolos	0,2426	Sousel	0,0689	Serpa	-0,0691
Lagoa	4,6456	Alcoutim	0,2413	Arganil	0,0649	Pampilhosa da Serra	-0,0702
Loulé	4,6157	Ourique	0,2365	Rio Maior	0,0559	Sabugal	-0,0766
Portimão	3,8851	Amares	0,2336	Caldas da Rainha	0,0556	Paredes de Coura	-0,0788
Lagos	3,7749	Alvito	0,2320	Coruche	0,0549	Ponte de Sôr	-0,0808
<b>Algarve</b>	3,0142	Celorico da Beira	0,2277	Crato	0,0460	Montijo	-0,0821
Vila Real de Santo António	2,9865	Pedrógão Grande	0,2179	Ponte de Lima	0,0159	Sardoal	-0,0823
Porto Santo	2,6341	Olhão	0,2087	Palmela	0,0108	Sernancelhe	-0,0834
Castro Marim	2,5914	Santana	0,1975	Almeirim	0,0101	Portel	-0,0839
Aljezur	2,1825	Alcanena	0,1897	Mora	0,0073	<b>Lezíria do Tejo</b>	-0,0864
Tavira	1,8851	Miranda do Douro	0,1780	Mesão Frio	0,0038	Sabrosa	-0,0867
Nazaré	1,6861	Mira	0,1750	Salvaterra de Magos	0,0005	Alpiarça	-0,0895
Grândola	1,6680	Peso da Régua	0,1693	<b>Alentejo</b>	-0,0014	Pombal	-0,0932
Silves	1,6514	Machico	0,1654	Viana do Alentejo	-0,0021	Torres Vedras	-0,0943
Terras de Bouro	1,4962	Lourinhã	0,1614	Góis	-0,0054	Ponta do Sol	-0,0944
Óbidos	1,3511	Mourão	0,1568	Oleiros	-0,0090	<b>Pinhal Interior Norte</b>	-0,0958
Porto Moniz	1,3458	<b>Oeste</b>	0,1553	<b>Minho-Lima</b>	-0,0093	Arruda dos Vinhos	-0,0975
Monchique	1,2371	São Brás de Alportel	0,1518	São João da Pesqueira	-0,0094	Santa Cruz das Flores	-0,1006
Castelo de Vide	1,0574	Faro	0,1511	Fundão	-0,0098	Vieira do Minho	-0,1021
Funchal	0,9741	Mértola	0,1421	Póvoa de Lanhoso	-0,0180	Porto de Mós	-0,1023
Odemira	0,9175	Sertã	0,1364	Figueira da Foz	-0,0193	Lousada	-0,1024
Sines	0,8707	Alter do Chão	0,1337	Alandroal	-0,0209	Golegã	-0,1091
Caminha	0,8597	Vidigueira	0,1324	Seia	-0,0265	Covilhã	-0,1101
Ourém	0,8331	Ferreira do Zêzere	0,1315	Bombarral	-0,0312	Nisa	-0,1138
Valença	0,7530	Póvoa de Varzim	0,1219	Castro Daire	-0,0354	Paredes	-0,1144
Almeida	0,6466	Nelas	0,1200	Arcos de Valdevez	-0,0355	Madalena	-0,1184
Marvão	0,6257	Alcobaça	0,1162	Monção	-0,0362	Chaves	-0,1233
<b>Alentejo Litoral</b>	0,5803	Alcácer do Sal	0,1132	Borba	-0,0392	Povoação	-0,1237
Sesimbra	0,5694	Manteigas	0,1118	Alenquer	-0,0398	Vinhais	-0,1281
<b>R. Autónoma da Madeira</b>	0,5468	Azambuja	0,1093	<b>Alto Alentejo</b>	-0,0419	Alijó	-0,1300
Santa Cruz	0,5165	Reguengos de Monsaraz	0,1083	Figueiró dos Vinhos	-0,0446	Cadaval	-0,1316
Peniche	0,5078	Vila de Rei	0,1062	Oliveira de Frades	-0,0447	<b>Serra da Estrela</b>	-0,1413
Idanha-a-Nova	0,4901	São Pedro do Sul	0,1041	<b>Pinhal Interior Sul</b>	-0,0474	Vila Nova de Foz Côa	-0,1420
Benavente	0,4877	Mafra	0,1028	Vila Pouca de Aguiar	-0,0545	Vimioso	-0,1425
Calheta (R.A.M.)	0,4560	Estremoz	0,0987	Redondo	-0,0547	Santiago do Cacém	-0,1436
São Vicente	0,4224	Alcochete	0,0950	<b>Alentejo Central</b>	-0,0549	Moura	-0,1467
Esposende	0,3616	Campo Maior	0,0891	Tomar	-0,0567	Alfândega da Fé	-0,1486
Murtosa	0,3309	Tábua	0,0831	Oliveira do Hospital	-0,0598	Mação	-0,1486
Batalha	0,3096	Vila Viçosa	0,0785	<b>Cova da Beira</b>	-0,0613	Cuba	-0,1520
Montalegre	0,3071	Montemor-o-Novo	0,0757	Vagos	-0,0634	Vila Velha de Ródão	-0,1564
Mealhada	0,3030	Ribeira Brava	0,0753	Ferreira do Alentejo	-0,0637	Tondela	-0,1575
Elvas	0,2956	Vila Nova de Poiares	0,0740	<b>Médio Tejo</b>	-0,0678	Murça	-0,1577

Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR	Regiões/Concelhos	FDR
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	-0,1579	Lajes das Flores	-0,2588	Vale de Cambra	-0,3320	<b>R. Autónoma dos Açores</b>	-0,4931
Ponte da Barca	-0,1609	Boticas	-0,2595	Abrantes	-0,3338	Montemor-o-Velho	-0,5043
Valpaços	-0,1671	Aljustrel	-0,2613	Moimenta da Beira	-0,3346	<b>Continente</b>	-0,5077
Torre de Moncorvo	-0,1676	Resende	-0,2618	Vouzela	-0,3376	Vila Nova da Barquinha	-0,5178
<b>Baixo Alentejo</b>	-0,1693	Felgueiras	-0,2628	Soure	-0,3414	Oliveira de Azeméis	-0,5425
Cartaxo	-0,1738	Mogadouro	-0,2630	Mortágua	-0,3488	Santa Cruz da Graciosa	-0,5476
Mirandela	-0,1747	Castro Verde	-0,2630	Penacova	-0,3490	Santa Marta de Penaguião	-0,5494
Lousã	-0,1807	Cantanhede	-0,2667	Miranda do Corvo	-0,3515	Vila Nova de Gaia	-0,5679
Tabuaço	-0,1846	Marco de Canaveses	-0,2681	Santa Maria da Feira	-0,3528	Maia	-0,5764
Mangualde	-0,1853	Amarante	-0,2694	Vila Nova de Famalicão	-0,3539	Ponta Delgada	-0,5807
Sobral de Monte Agraço	-0,1858	Espinho	-0,2701	Proença-a-Nova	-0,3602	São Roque do Pico	-0,5813
Armamar	-0,1858	Chamusca	-0,2714	Trancoso	-0,3606	Setúbal	-0,6052
<b>Pinhal Litoral</b>	-0,1860	Meda	-0,2714	Castelo Branco	-0,3642	Cascais	-0,6146
Macedo de Cavaleiros	-0,1869	Freixo de Espada à Cinta	-0,2727	Sátão	-0,3665	<b>Baixo Mondego</b>	-0,6175
Cinfães	-0,1906	Avis	-0,2754	Ribeira de Pena	-0,3690	Vila Real	-0,6176
Penela	-0,1950	Arouca	-0,2769	<b>Cávado</b>	-0,3744	Gondomar	-0,6394
Tarouca	-0,1953	Baião	-0,2796	Vizela	-0,3760	Condeixa-a-Nova	-0,6405
Constância	-0,1995	Guimarães	-0,2815	Lamego	-0,3769	Matosinhos	-0,6526
<b>Centro</b>	-0,2007	Celorico de Basto	-0,2826	Penalva do Castelo	-0,3789	Valongo	-0,6626
Trofa	-0,2019	Monforte	-0,2829	Pinhel	-0,3859	Calheta (R.A.A.)	-0,6933
Vila do Conde	-0,2052	Carraceda de Ansiães	-0,2863	Mondim de Basto	-0,3912	<b>Grande Porto</b>	-0,6996
Penafiel	-0,2065	<b>Douro</b>	-0,2875	Albergaria-a-Velha	-0,3981	Angra do Heroísmo	-0,7308
Vila Nova de Paiva	-0,2088	Águeda	-0,2877	Penedono	-0,3988	Vila Franca de Xira	-0,7462
Évora	-0,2098	Gouveia	-0,2881	Lajes do Pico	-0,4019	<b>Península de Setúbal</b>	-0,7605
<b>Dão-Lafões</b>	-0,2107	Viana do Castelo	-0,2883	Santo Tirso	-0,4128	Braga	-0,7687
Ansião	-0,2132	Oliveira do Bairro	-0,2888	Nordeste	-0,4131	São João da Madeira	-0,8129
Gavião	-0,2139	Carregal do Sal	-0,2914	Beja	-0,4144	Vila do Porto	-0,8158
Anadia	-0,2156	Leiria	-0,2955	<b>Norte</b>	-0,4153	Moita	-0,9514
Vila Verde	-0,2183	Fornos de Algodres	-0,2956	Ílhavo	-0,4186	Corvo	-0,9539
Velas	-0,2185	Vila da Praia da Vitória	-0,2982	Bragança	-0,4191	Seixal	-0,9677
<b>Beira Interior Sul</b>	-0,2194	Horta	-0,2987	Torres Novas	-0,4256	Barreiro	-1,0592
<b>Beira Interior Norte</b>	-0,2248	Cabeceiras de Basto	-0,3011	Sever do Vouga	-0,4257	Coimbra	-1,1256
Vila Flor	-0,2261	<b>Ave</b>	-0,3036	<b>Entre Douro e Vouga</b>	-0,4276	Entroncamento	-1,1555
Marinha Grande	-0,2285	Castelo de Paiva	-0,3086	Vila Franca do Campo	-0,4382	Sintra	-1,2057
Alvaiázere	-0,2297	Figueira de Castelo Rodrigo	-0,3131	Ribeira Grande	-0,4483	Loures	-1,2103
<b>Tâmega</b>	-0,2304	Paços de Ferreira	-0,3132	Estarreja	-0,4490	Almada	-1,2732
Aguiar da Beira	-0,2349	Viseu	-0,3132	Ovar	-0,4529	Porto	-1,4121
Barrancos	-0,2366	Barcelos	-0,3185	Santarém	-0,4589	<b>Lisboa</b>	-1,5598
Almodôvar	-0,2375	<b>Baixo Vouga</b>	-0,3201	Guarda	-0,4627	Odivelas	-1,6822
Santa Comba Dão	-0,2467	Fafe	-0,3221	Lagoa (R.A.A.)	-0,4801	<b>Grande Lisboa</b>	-1,8571
Castanheira de Pêra	-0,2500	Câmara de Lobos	-0,3233	Portalegre	-0,4814	Oeiras	-2,3849
Arronches	-0,2530	Vendas Novas	-0,3237	<b>País</b>	-0,4829	Amadora	-2,5304
Penamacor	-0,2569	Fronteira	-0,3311	Aveiro	-0,4909	Lisboa	-3,0813

# Uma Breve Análise da Evolução Temporal do EPCC

Assinalou-se já, na Nota Metodológica deste EPCC nº 6, que a metodologia que preside à construção dos indicadores aqui apresentados, baseada num modelo de análise factorial, é particularmente adequada ao confronto espacial do poder de compra manifestado nos diferentes concelhos, no mesmo momento do tempo, mas ajusta-se de forma menos eficiente a comparações inter-temporais do poder de compra. Como então se referiu “valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- Do conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas diferentes versões do Estudo;
- De alterações nas contribuições das variáveis de base do modelo factorial para os indicadores (factores) retidos, ou seja, os valores dos quadros 1, 2 e 3 não são estáveis ao longo das diversas edições;
- Das alterações do sistema de medida do IpC já discutidas anteriormente;
- De potenciais erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas.”

Acresce ainda, que o facto dos indicadores IpC e FDR terem a natureza de números índices, pode induzir interpretações menos correctas de eventuais variações observadas, num ou noutro concelho, nos valores daqueles indicadores. Com efeito, estas variações não significam ganhos ou perdas absolutas de poder de compra, mas somente aproximações ou afastamentos à média nacional (ponderada no caso do IpC, e simples no caso do FDR). No que respeita à PPC, um aumento significa um ganho de quota de poder de compra, e uma diminuição uma perda nessa quota.

Apesar destas observações, esta secção propõe-se, ainda que de forma cautelosa, proceder a uma breve avaliação da evolução temporal dos dois indicadores que derivam do primeiro factor, IpC e PPC, que são os que se têm revelado

mais estáveis ao longo das várias edições do Estudo. Confronta-se assim esta sexta edição com a imediatamente anterior. O quadro anexo retrata a evolução dos índices entre os EPCC n.ºs 5 e 6 para as diferentes NUTS II e III. Da leitura deste quadro conclui-se que:

A Região Autónoma dos Açores, e em menor escala a Região Autónoma da Madeira, foram as regiões NUTS II que registaram, entre as duas versões mais recentes do EPCC, um maior aumento no seu poder de compra *per capita* aferido pelo IpC. No caso dos Açores, a esse ganho em termos *per capita* correspondeu igualmente um incremento na quota de poder de compra no total nacional, medida pela PPC. Mas já na Madeira, o acréscimo em termos *per capita* foi exactamente compensado pela perda demográfica, tendo a região estabilizado a sua PPC.

Também a NUTS II Lisboa, que compreende a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, viu aumentar o seu registo segundo o IpC. No entanto, este aumento do poder de compra na região de Lisboa foi essencialmente comandado pelo aumento significativo daquele indicador no concelho de Lisboa, que não foi suficientemente compensado pelo declínio observado na maioria dos concelhos envolventes, especialmente os da Península de Setúbal. O aumento do poder de compra *per capita* de Lisboa determinou igualmente um incremento na sua quota-parte em relação ao todo nacional, medido pela PPC, potenciado pelo peso demográfico da região. No entanto, o ganho em termos de PPC da região de Lisboa, e mesmo da NUTS III Grande Lisboa, foi inferior ao do concelho de Lisboa, que quase se cifrou em 2,5 pontos percentuais do poder de compra nacional.

O aumento do poder de compra observado no concelho de Lisboa (que se revelou relativamente robusto a alguns ensaios de supressão e câmbio nas variáveis de base que sustentam o EPCC) poderá estar associado à tendência de migração da população da cidade para os arredores, traduzida num marcado declínio populacional da área do concelho, que, ainda assim e em contrapartida, terá

conseguido reter ou atrair os estratos sociais de maior poder de compra. Um fenómeno idêntico, mas de muito menor dimensão, ter-se-á observado igualmente no concelho do Porto, que viu também aumentar os seus IpC e PPC. Contudo, no caso do Porto, os ganhos de poder de compra da cidade não foram suficientes para compensar a tendência inversa registada nos arredores, tendo o Grande Porto sofrido uma redução em ambos os indicadores.

No que respeita ao resto do território continental, verificou-se entre as versões de 2002 e 2004 do EPCC um ganho de poder de compra, em termos *per capita*, das regiões interiores em detrimento do litoral, que é particularmente patente quando se procede a uma análise em termos mais desagregados, isto é por NUTS III, cumprindo-se assim uma tendência a uma relativa convergência territorial (que de resto é tecnicamente inevitável, como se procurou explicar na Nota Metodológica, quando se impõe uma redução do coeficiente de variação ao IpC).

A diminuição do índice de poder de compra *per capita* – em relação à média nacional – nas regiões Norte e Centro acabou por ser determinada pelas quebras do IpC registadas nas regiões NUTS III do litoral onde o seu peso demográfico é preponderante. Também no Alentejo, que na nova delimitação territorial inclui a Lezíria do Tejo, se registou uma quebra do IpC que resultou unicamente da evolução deste indicador nessa NUTS III, já que em todas as outras que compõem a NUTS II se verificou uma melhoria nesse indicador *per capita*.

A região do Algarve veria igualmente declinar o seu registo no IpC, mas devido ao seu dinamismo demográfico conseguiu assegurar um aumento na PPC, que mede o peso do poder de compra desta região no todo nacional. Ao contrário, o Alentejo e as sub-regiões que a compõem, apesar de observarem um comportamento moderadamente satisfatório em termos *per capita*, registariam na PPC uma perda de peso no total nacional, em consequência da evolução demográfica desfavorável.

NUTS Variações IpC

<b>R. Autónoma dos Açores</b>	<b>8,190</b>
Grande Lisboa	8,108
Pinhal Interior Sul	4,837
Douro	3,059
Serra da Estrela	2,575
Minho-Lima	2,427
Beira Interior Norte	2,423
<b>R. Autónoma da Madeira</b>	<b>2,368</b>
Tâmega	2,225
Dão-Lafões	2,134
Pinhal Interior Norte	2,077
Alto Alentejo	1,712
<b>Lisboa</b>	<b>1,460</b>
Alentejo Litoral	1,225
Alto Trás-os-Montes	1,149
Baixo Alentejo	0,412
Alentejo Central	0,177
<b>Alentejo</b>	<b>-0,249</b>
Ave	-0,252
<b>Centro</b>	<b>-0,842</b>
<b>Algarve</b>	<b>-0,961</b>
Baixo Mondego	-1,241
Pinhal Litoral	-1,429
Oeste	-1,436
<b>Norte</b>	<b>-1,675</b>
Baixo Vouga	-1,865
Cova da Beira	-2,342
Lezíria do Tejo	-2,655
Cávado	-3,839
Médio Tejo	-4,487
Grande Porto	-4,639
Beira Interior Sul	-4,922
Entre Douro e Vouga	-5,961
Península de Setúbal	-15,823

NUTS Variações PPC

Grande Lisboa	1,722
<b>Lisboa</b>	<b>0,812</b>
<b>R. Autónoma dos Açores</b>	<b>0,172</b>
Tâmega	0,119
Minho-Lima	0,052
Dão-Lafões	0,035
Douro	0,033
Pinhal Interior Norte	0,012
Pinhal Interior Sul	0,010
<b>Algarve</b>	<b>0,009</b>
Beira Interior Norte	0,006
Ave	0,004
Alentejo Litoral	0,002
Alto Trás-os-Montes	0,002
Serra da Estrela	0,002
<b>R. Autónoma da Madeira</b>	<b>0,000</b>
Pinhal Litoral	0,000
Alto Alentejo	-0,005
Alentejo Central	-0,011
Baixo Alentejo	-0,016
Oeste	-0,024
Cova da Beira	-0,036
Lezíria do Tejo	-0,051
Beira Interior Sul	-0,057
Baixo Vouga	-0,077
<b>Alentejo</b>	<b>-0,081</b>
Médio Tejo	-0,096
Cávado	-0,111
Baixo Mondego	-0,113
Entre Douro e Vouga	-0,140
<b>Centro</b>	<b>-0,338</b>
Grande Porto	-0,532
<b>Norte</b>	<b>-0,574</b>
Península de Setúbal	-0,911

# Anexo 1

## Lista dos Concelhos

<b>NORTE</b>	62	Peso da Régua	<b>Dão-Lafões</b>	187	Amadora	248	Moura
<b>Minho-Lima</b>	63	Sabrosa	126	Aguai da Beira	<b>Grande Lisboa</b>	249	Ourique
1	64	S. Marta de Penaguião	127	Carregal do Sal	187	250	Serpa
2	65	São João da Pesqueira	128	Castro Daire	188	251	Vidigueira
3	66	Sernancelhe	129	Mangualde	189	<b>Lezíria do Tejo</b>	
4	67	Tabuaço	130	Mortágua	190	252	Almeirim
5	68	Tarouca	131	Nelas	191	253	Alpiarça
6	69	Torre de Moncorvo	132	Oliveira de Frades	192	254	Azambuja
7	70	Vila Flor	133	Penalva do Castelo	193	255	Benavente
8	71	Vila Nova de Foz Côa	134	Santa Comba Dão	194	256	Cartaxo
9	72	Vila Real	135	São Pedro do Sul	195	257	Chamusca
10			136	Sátão	<b>Península de Setúbal</b>	258	Coruche
<b>Cávado</b>	<b>Alto Trás-os-Montes</b>		137	Tondela	196	259	Golegã
11	73	Alfândega da Fé	138	Vila Nova de Paiva	197	260	Rio Maior
12	74	Boticas	139	Viseu	198	261	Salvaterra de Magos
13	75	Bragança	140	Vouzela	199	262	Santarém
14	76	Chaves	<b>Pinhal Interior Sul</b>		<b>ALGARVE</b>		
15	77	Macedo de Cavaleiros	141	Mação	263	263	Albufeira
16	78	Miranda do Douro	142	Oleiros	264	264	Alcoutim
<b>Ave</b>	79	Mirandela	143	Proença-a-Nova	265	265	Aljezur
17	80	Mogadouro	144	Sertã	266	266	Castro Marim
18	81	Montalegre	145	Vila de Rei	267	267	Faro
19	82	Murça	<b>Serra da Estrela</b>		268	268	Lagoa
20	83	Valpaços	146	Fornos de Algodres	269	269	Lagos
21	84	Vila Pouca de Aguiar	147	Gouveia	270	270	Loulé
22	85	Vimioso	148	Seia	271	271	Monchique
23	86	Vinhais	<b>Beira Interior Norte</b>		272	272	Olhão
24			149	Almeida	273	273	Portimão
<b>CENTRO</b>	<b>Baixo Vouga</b>		150	Celorico da Beira	274	274	São Brás de Alportel
25	87	Águeda	151	Fig. de Castelo Rodrigo	275	275	Silves
26	88	Albergaria-a-Velha	152	Guarda	276	276	Tavira
27	89	Anadia	153	Manteigas	277	277	Vila do Bispo
28	90	Aveiro	154	Meda	278	278	V. Real de Santo António
29	91	Estarreja	155	Pinhel	<b>R. AUT. DOS AÇORES</b>		
30	92	Ílhavo	156	Sabugal	279	279	Angra do Heroísmo
31	93	Mealhada	157	Trancoso	280	280	Calheta
32	94	Murtosa	<b>Beira Interior Sul</b>		281	281	Corvo
33	95	Oliveira do Bairro	158	Castelo Branco	282	282	Horã
<b>Grande Porto</b>	96	Ovar	159	Idanha-a-Nova	283	283	Lagoa
25	97	Sever do Vouga	160	Penamacor	284	284	Lajes das Flores
26	98	Vagos	161	Vila Velha de Ródão	285	285	Lajes do Pico
27	<b>Baixo Mondego</b>		<b>Cova da Beira</b>		286	286	Madalena
28	99	Cantanhede	162	Belmonte	287	287	Nordeste
29	100	Coimbra	163	Covilhã	288	288	Ponte de Delgada
30	101	Condeixa-a-Nova	164	Fundão	289	289	Povoação
31	102	Figueira da Foz	<b>Oeste</b>		290	290	Ribeira Grande
32	103	Mira	165	Alcobaça	291	291	Santa Cruz da Graciosa
33	104	Montemor-o-Velho	166	Alenquer	292	292	Santa Cruz das Flores
<b>Tâmega</b>	105	Penacova	167	Arruda dos Vinhos	293	293	São Roque do Pico
34	106	Soure	168	Bombarral	294	294	Velas
35	<b>Pinhal Litoral</b>		169	Cadaval	295	295	Vila da Praia da Vitória
36	107	Batalha	170	Caldas da Rainha	296	296	Vila do Porto
37	108	Leiria	171	Lourinhã	297	297	Vila Franca do Campo
38	109	Marinha Grande	172	Nazaré	<b>R. AUT. DA MADEIRA</b>		
39	110	Pombal	173	Óbidos	298	298	Calheta
40	111	Porto de Mós	174	Peniche	299	299	Câmara de Lobos
41	<b>Pinhal Interior Norte</b>		175	Sobral de Monte Agraço	300	300	Funchal
42	112	Alvaiázere	176	Torres Vedras	301	301	Machico
43	113	Ansião	<b>Médio Tejo</b>		302	302	Ponta do Sol
44	114	Arganil	177	Abrantes	303	303	Porto Moniz
45	115	Castanheira de Pêra	178	Alcanena	304	304	Porto Santo
46	116	Figueiró dos Vinhos	179	Constância	305	305	Ribeira Brava
47	117	Góis	180	Entroncamento	306	306	Santa Cruz
48	118	Lousã	181	Ferreira do Zêzere	307	307	Santana
<b>Entre Douro e Vouga</b>	119	Miranda do Corvo	182	Ourém	308	308	São Vicente
49	120	Oliveira do Hospital	183	Sardoal			
50	121	Pampilhosa da Serra	184	Tomar			
51	122	Pedrógão Grande	185	Torres Novas			
52	123	Penela	186	Vila Nova da Barquinha			
53	124	Tábua					
<b>Douro</b>	125	Vila Nova de Poiares					
54							
55							
56							
57							
58							
59							
60							
61							

